



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 280.3.55.O

DATA: 27/09/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 17h46min

TÉRMINO: 21h04min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 282-D,

DE 2016

(DO SENADO FEDERAL)

Continuação da votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 282-C, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há requerimento sobre a mesa.

Vamos ao primeiro destaque:

Requeiro, nos termos do art. 61, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado da expressão “e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua”, constante no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, na redação do art. 1º do substitutivo da PEC nº 282/2016.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2017

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma chamada ao bom senso.

Qual é o objetivo? O fortalecimento dos partidos. Há uma vinha, de agentes reais, de grandes corporações financeiras, de grandes órgãos de comunicação, de criminalização da política. E faz política todo agente que atua. Todo ser humano é um ser político. Mas a população, nessa campanha de criminalização, coloca foco nos Parlamentares. É o foco principal.

Acontece que vários fatos têm corroborado, têm alimentado essa estratégia de destruição da política. Essa estratégia cria espaço para o totalitarismo se impor. E não é um movimento que só ocorre neste País. Das ideias retrógradas, das práticas políticas retrógradas, surgem os salvadores da pátria, exatamente quando o povo vê na política algo negativo.

Então, nós podemos dar uma contribuição para descriminalizar a política, para mostrar que os partidos não são legendas que têm donos.

Eu me lembro de algo constrangedor, ocorrido recentemente, com dois presidentes de partidos, presidentes eternos. Não se fala aqui da Coreia do Norte, que é sempre apresentada como uma ditadura e o é. Não se fala de Cuba. Quando se referem à família Castro, é sempre como se fosse uma ditadura, e pouca gente sabe que o regime lá é o parlamentarismo. Agora, fala-se de presidentes de partidos eternos no Brasil, que são verdadeiros donos de partido.



Na véspera de decidirmos se autorizávamos ou não a investigação de Michel Temer, dois presidentes — eu não vou citar o nome aqui —, agora presidiários que estão cumprindo nas suas residências, com tornozeleiras, suas penas, foram chamados ao Palácio do Jaburu, para que houvesse a garantia de que eles pressionariam as suas bancadas a votarem contra a autorização da investigação de Temer. São donos de partido. Para eles interessa colocar na Constituição Federal o impositivo de que têm liberdade para, como donos do partido, manter comissões provisórias, eternizar comissões provisórias, para que, a qualquer momento, se uma liderança regional ou mesmo nacional, ou um Deputado que se negue a votar numa bandeira que ele defenda, ele possa expulsar, inviabilizar a eleição, inviabilizar a candidatura, inviabilizar até uma reeleição, destituir, porque é provisória a comissão.

Na Constituição, nela cabe, sim, o princípio da autonomia dos partidos. Agora, o que justifica — é quase um “jabuti” — querer colocar no art. 17, § 1º, da Constituição a possibilidade de os partidos terem autonomia absoluta para definir a escolha, a formação e a duração de seus órgãos permanentes ou provisórios?

Nós não podemos aceitar que o Poder Judiciário legisle. *“Mas não cabe na Constituição”*. Então, façamos uma lei infraconstitucional para determinar as formas democráticas como os partidos podem proceder. O que não se pode é legitimar o caciquismo. Não se pode legitimar a prática segundo a qual alguns são donos, mandam, desmandam e inviabilizam aqueles que sonham e contribuem com a construção, na base do partido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*



O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Aureo votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO - O PR solicita um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, chegou agora na parte da tarde um projeto, vindo do Senado Federal, sobre o Fundo Partidário.

O texto, que é uma temeridade, prevê que o recurso do Fundo Partidário vá somente para os partidos que lançarem candidatura majoritária. Então, todos os demais partidos que não lançarem candidatos ficarão sem recursos para bancar as candidaturas de Deputados, o que é uma temeridade.

Eu pediria um esclarecimento a V.Exa. É isso mesmo que está no texto? Não é possível que os mais de 25 partidos nesta Casa, que não vão lançar candidatos, vão apoiar um projeto como esse, do Fundo Partidário, que prevê repasses apenas para aqueles partidos que lançarem candidaturas majoritárias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado. Isso é para a próxima sessão, se houver requerimento de urgência.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero lembrar ao Plenário desta Casa, às Deputadas e aos Deputados que nos veem ou nos ouvem dos gabinetes neste momento, que esta proposta passou por apenas três votos, constitucionalmente. Ela teve 311 votos e precisa de 308 votos para ser aprovada.



Este destaque feito pelo Partido Socialismo e Liberdade vai discutir a questão da autonomia dos partidos, mas também, de outro lado, da democracia dos partidos. Nós precisamos calibrar esse debate. Uma coisa é impedir que a Justiça Eleitoral, que qualquer órgão externo se imiscua nas decisões programáticas e ideológicas dos partidos políticos — somos radicalmente contra qualquer interferência na autonomia programática e ideológica dos partidos políticos —, mas, em se tratando de democracia, é outro departamento.

Eu digo isso porque, mesmo dentro do partido — de qualquer partido —, há discussão sobre a democracia interna. Não é à toa que existem partidos instalados, legalizados, com representação nesta Casa, que têm 26 comissões provisórias nos Estados. Isso é um descalabro. Uma comissão provisória é provisória!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao fazer o destaque, nós estamos trabalhando com a seguinte questão, que eu quero ler para o Plenário: *“É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais (...)”*.

Eu li agora um trecho da Constituição.

O que foi inserido aqui? Isto: querem estabelecer regras sobre a escolha, a formação e a duração de seus órgãos permanentes e provisórios. Isso aqui é outra coisa, isso aqui é ultracentralização, isso tem nome, chama-se “mandonismo”, “caciquismo político”. Isso tira qualquer possibilidade de funcionamento democrático dos partidos e não pode ocorrer ao bel-prazer do dirigente ou dos dirigentes eleitos numa convenção ou num congresso de partido. Não se pode conceder a eles o poder de sempre se tornarem proprietários, donos dos partidos. Isso não faz sentido.



Nós estamos falando que pode haver comissões provisórias mesmo, desde que elas sejam provisórias. Retirar a autonomia de um diretório municipal, estadual etc., para impor permanentemente a vontade de uma cúpula partidária, isso não é democracia, isso é antidemocrático, isso viola qualquer convivência interna partidária.

É claro que a intervenção ou a destituição pode ser vista de uma maneira quando há violação do estatuto do partido, quando violam as regras gerais que foram estabelecidas na política e no programa, e não de acordo com a conveniência de um dirigente partidário ou de uma cúpula partidária.

Então, eu quero fazer um apelo a todos os Parlamentares, Deputadas e Deputados, que já na sessão anterior votaram nesta proposta — mas ela passou por apenas três votos —, para que reflitam sobre essa questão. Muitos Parlamentares e as suas bases são prejudicados também pela intervenção mandonista, de cima, verticalizada, centralizada de cúpulas partidárias que se tornaram donas de partidos.

Nós não poderíamos deixar de fazer este destaque, para manter a Constituição da República neste momento. Essa questão viola a democracia dos partidos e precisa ser retirada agora. Pedimos o apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*



O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este destaque já foi motivo de votação na sessão anterior, que tratou da reforma política.

Essa é uma questão de foro íntimo, tanto dos partidos quanto de administração do Congresso Nacional. Nós não podemos aqui fazer o discurso de que o TSE, por resolução ou por atos administrativos, pode regular a atividade interna de cada partido político.

Portanto, a orientação do PP, neste assunto importantíssimo para os partidos políticos, é “sim”, para manter o texto, contra o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já no primeiro turno apresentamos este destaque. Consideramos um absurdo essa profusão de comissões provisórias nos partidos. Portanto, vamos manter a nossa posição, apoiando este destaque do PSOL.

“Não” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que eu acabei de falar? Está aqui o texto, no art. 44:

Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

.....



III - no alistamento e em campanhas para eleições

majoritárias;

É bom que partidos médios e pequenos, que não vão lançar candidatos a Presidente, saibam desde já que não vão receber recursos do Fundo Partidário para campanhas para Deputado Estadual e Deputado Federal.

É uma aberração esse texto, que nós vamos votar logo em seguida. Está aqui o texto para quem quiser ver. Muita gente não está sabendo, muitos partidos médios e pequenos não estão sabendo desse inciso, que tem que ser retirado.

O PR encaminha “sim”.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este destaque trata de um tema sobre o qual foi construído um acordo, um amplo acordo, para a validação dessa pauta da autonomia. Nós sabemos que a interferência do TSE muitas vezes não considera situações peculiares, situações regionais, e a necessidade dos partidos no Brasil de terem autonomia para versar sobre suas condições estaduais e municipais.

Então, respeitando esse acordo que foi construído, o PSDB orienta “sim”, pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” ao texto, por entender que nós não precisamos retirar isso, porque é autonomia partidária.

Nós votamos “sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?



O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vai encaminhar “sim” porque entende que os partidos têm que ter autonomia para definir se os seus diretórios, se as suas comissões executivas serão permanentes ou provisórias.

Autonomia aos partidos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB e o Bloco, reconhecendo que os partidos precisam ter autonomia na base, encaminham “sim” ao texto e “não” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o debate público é pelo desmerecimento dos partidos políticos, pela generalização e pela criminalização da política. Portanto, esta é uma oportunidade para, mantendo-se a autonomia dos partidos, fortalecermos e valorizarmos as entidades partidárias.

O PDT vota “sim”, pela manutenção do texto.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Veja bem a forma como está colocado no painel, “sim” aprova o dispositivo e “não” rejeita o dispositivo, me parece impróprio. Deveria ser “sim” aprova o texto e



“não” rejeita o texto, porque “dispositivo” parece que é justamente a emenda apresentada pelo PSOL.

Eu sugiro que, no encaminhamento, para facilitar a percepção dos Srs. Deputados, se coloque “texto” e não “dispositivo”.

O SR. SILAS CÂMARA (PRB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota “sim”.

Aproveito para pedir a V.Exa. que considere meu voto com o PRB na votação anterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta o voto “sim” e chama a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para a necessidade de derrotarmos este destaque.

Eu sou contra a política de comissões provisórias, mas se o partido segue esse caminho é porque os seus filiados querem. Quem não estiver satisfeito saia do partido. Ferir a autonomia do partido, tirar a autonomia interna de uma matéria que só diz respeito aos seus filiados é medida antidemocrática e autoritária.

Por isso, votamos “sim”.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Democratas vota “sim”...

A SRA. TEREZA CRISTINA - Presidente, o PSB vota “sim” ao texto...

O SR. FELIPE MAIA - ...por entender que este destaque do PSOL nada mais faz do que buscar enrijecer as relações entre os partidos e seus diretórios. O que temos que propor aqui e aprovar é a flexibilização, a liberdade para que o dia a dia e



a rotina dos partidos e seus diretórios nos Municípios possam ser conversados, negociados e arregimentados da forma que melhor convier ao Município e ao Estado.

Portanto, o Democratas é contrário a este destaque e vota “sim”.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB, Sr. Presidente, orienta o voto “sim” ao texto, é contrário também ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, trata-se da autonomia dos partidos políticos. O PCdoB é estruturado no País inteiro a partir de diretórios, tanto estaduais quanto, na maioria, municipais. Mas isso faz parte da sua autonomia. Pode ser que em determinado momento, em determinada conjuntura, o método de funcionamento, os instrumentos para preservar a autonomia e o fortalecimento do partido exijam alguma flexão. Não é possível atribuir à Justiça Eleitoral a decisão de quebrar essa autonomia que os partidos políticos devem ter.

Então, em nome da preservação da autonomia dos partidos políticos, nós orientamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - O PHS, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?



O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no primeiro turno, já votamos “não” e vamos dar a razão por que votamos “não” também agora.

Existe um caciquismo político em que os partidos decidem o que querem da forma como querem. É importante que a Justiça tenha regras claras para todos. Eu já participei de alguns partidos e sei muito bem o que é isso. Eu vivi e estou vivendo um drama profundo nessa questão partidária.

Portanto, é importante a população entender. Dizer que os filiados decidem não é verdade. Os caciques é que decidem. Eu sou a favor da democracia inclusive nos partidos.

O PHS orienta...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “sim”, Presidente.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS vota “sim”, entendendo que a tutela da Justiça Eleitoral e do Estado já é coisa do passado. Os partidos têm liberdade para se organizarem e disporem sobre sua vida funcional de acordo com seus estatutos, com seus códigos de valores internos.

Portanto, o PPS orienta o voto “sim”, da mesma forma que orientou no primeiro turno da votação desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, pelas razões que já argumentamos, nós votamos “não”, pela autonomia dos partidos sem caciquismo, dos partidos sem dono, dos partidos fortes, com a base decidindo, com democracia interna. Por isso, votamos “não”.

Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que um católico formado em Direito e Letras se tornou o mais importante educador brasileiro, mas infelizmente não realizou o sonho de alfabetizar todos os brasileiros, porque a ditadura militar se implantou. O sonho foi sepultado, e até hoje não realizado.

Refiro-me a Paulo Freire, homenageado como Patrono da Educação Brasileira pela Deputada Luiza Erundina e pelo Congresso Nacional na Lei nº 12.612, de 2012.

Ao PSDB, que tomou a iniciativa de querer anular essa lei, envio meus protestos. Espero que recue, porque o partido tem uma história a preservar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, vou ler o que este destaque vai retirar do texto: “(...) *estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua (...)*”. Isso quer dizer o quê? Se deixarmos nas mãos dos partidos a dita autonomia para que os caciques façam com que seus filiados dancem conforme a sua música e não tenham a oportunidade de democratizar, e sim de legalizar uma comissão provisória e torná-la permanente, os caciques terão o domínio e o partido para dançar conforme a sua música.



Então, a REDE orienta o voto “não” ao texto e “sim” ao destaque, para que possamos ter mais democracia e transparência dentro dos partidos.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade orienta o voto “sim”, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Lelo Coimbra votou com o partido nas outras votações.

O SR. VICENTINHO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito 1 minuto.

Sras. e Srs. Deputados, gostaria de falar, com tristeza, a respeito do falecimento hoje do nosso amigo Eurides Luiz Mescolotto, um grande líder político e partidário do PT de Santa Catarina. É uma perda para nossa caminhada, para nossa jornada.

Além de dirigente partidário, foi também Presidente do Banco de Santa Catarina. É um histórico irmão, casado com nossa companheira Eliane, para quem envio meu abraço fraterno e solidário e força e coragem para sua família.

Seu corpo será cremado ainda hoje, às 9 horas da noite.

Deixo um abraço a toda militância de Santa Catarina. Estou ao lado do querido irmão Décio Lima, um dos nossos grandes lutadores. Nossa solidariedade à militância desse Estado.

Subscreve nossas palavras nosso querido Governador Esperidião Amin, a quem agradeço.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Simão Sessim. (*Pausa.*)

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar como lido um pronunciamento.

Hoje completa 30 dias o falecimento de D. José Maria Pires, nosso pai espiritual, amigo sincero e irmão acolhedor. A homenagem que fazemos é o registro



de trechos de pronunciamentos e de textos produzidos por ele durante sua caminhada na terra.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este dia reveste-se de duplo significado e vem prestigiado pela lembrança de um Pai espiritual, um amigo sincero e um irmão acolhedor.

Hoje faz 1 mês da passagem de D. José Maria Pires, Arcebispo Emérito, a quem desejo homenagear neste pronunciamento, um profeta ímpar do século XXI. Creio que este dia está carregado de mais conteúdo do que os demais atos em geral. A intimidade do seu sentido é a reafirmação do compromisso profundo de nossa Igreja com o evangelho de Cristo.

D. José Maria Pires foi um homem de múltiplas qualidades, de difícil enumeração.

Foi um homem de rara sensibilidade social. Vejam o que ele afirma sobre o assistencialismo: *“assistencialismo é distribuir auxílio sem se preocupar em promover o homem para que ele não precise mais de ajuda; assistencialismo é consentir que o outro continue sempre mendigo, sempre dependente de nossa ‘caridade’, e nossas esmolas”*.

Foi um professor rigoroso e vigoroso nos ensinamentos evangélicos; foi um doutrinador comedido, mas arrasador.

Procurarei traçar alguns aspectos do seu perfil — certamente não atingirei meu objetivo.

D. José Maria Pires foi um profeta por vocação. Desde o seu ingresso na Igreja, foi uma pessoa diferenciada — classificado em primeiro e em último lugar.



Muitos podem não compreender o que disse. Explico, foi um guerreiro e combatente assíduo contra qualquer tipo de violência.

A mensagem pregada por D. José era muito clara, sincera e envolvida pelo amor de Deus. Anunciava o amor, a paz, a conversão e a construção do Reino de Deus. Essas palavras anunciadas traziam a reconstrução da Igreja. Todos que já tinham escutado D. José Maria Pires sabiam o conteúdo de sua mensagem. A própria vida de D. José já era uma mensagem de Deus.

O arcebispo D. José nos ensinou como é a luta da não violência: *“primeiro, nunca matar; segundo, jamais ferir; terceiro, estar sempre atento; quarto, sempre se unir; quinto, desobediência das ordens de sua excelência que podem nos destruir”*.

Em seus ensinamentos declarou que o *“amor, em linguagem cristã, é oferta, é doação, é serviço ao outro e não do outro. Evidentemente, a doação exige uma resposta no mesmo estilo por parte do ser amado. Mas isto já é um segundo tempo: o amor não começa exigente, mas dando”*.

Também em seus ensinamentos deixou um legado em defesa dos direitos humanos:

A obrigação de denunciar a opressão e de protestar contra a injustiça não exime o cristão do dever sagrado de praticar o maior dos mandamentos que é o amor. Esse respeito pelo direito que todo homem tem de ser amado exige uma constante conversão de nosso próprio coração, pois é aí, no coração do homem, que se aninha o segredo da eficácia verdadeira, é daí que emana a força capaz de transformar radicalmente a sociedade,



este segredo e esta força capaz de transformar radicalmente a sociedade. Este segredo e esta força são a certeza da presença do Deus vivo no coração dos homens bem-intencionados e no seio da história, que é sempre misteriosamente conduzida por aquele que criou o homem para a liberdade e não para a escravidão.

Assim ele ensinava que: *“toda Lei e os profetas se resumem nos dois mandamentos do amor: amar a Deus e amar ao irmão. Quem amar seu irmão cumpriu a Lei. Não há, pois, melhor maneira de viver o tempo quaresmal nem há penitência mais agradável a Deus do que a busca diligente da fraternidade.”*

Para finalizar, destaco a figura de D. José Maria Pires, porque este momento é de sua excelência, pelo que fez, pelo que construiu na Igreja, para a sociedade católica. O retrato de sua imagem e seus ensinamentos estão cravados nos nossos corações, e é uma honra para a nossa Nação.

Louvo a Deus pela vida do profeta D. José Maria Pires, que se doou por inteiro, cultural e intelectualmente, física e moralmente. A perseverança é interior aos homens corajosos, como D. José Maria Pires, que não se cansou de dizer a verdade, doesse a quem doesse.

A esperança é inerente aos homens de bem, que descortinam sempre um futuro melhor a propósito de tudo e de todos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ZÉ AUGUSTO NALIN (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje venho relatar uma situação caótica que estamos vivendo na cidade de Magé, Estado do Rio de Janeiro, com a falta de água.



O povo não aguenta mais morar ao lado de mananciais, cachoeiras, rios, e todo dia sofrer com a falta de água. Temos uma obra da CEDAE, no Bairro Maria Conga, que está paralisada, mas que resolveria esse problema. Na teoria, a Caixa Econômica Federal informa que a obra está ativa e que o recurso está liberado, aguardando apenas a medição da obra.

Busquei informações para descobrir o motivo de a obra ainda estar paralisada. Estive diversas vezes com o Governador Pezão, que se mostrou muito interessado na sua conclusão. Busquei informações com a CEDAE, que diz aguardar a publicação de uma rerratificação pela Secretaria de Estado de Obras. Estou cobrando essa publicação diariamente, e até hoje, nada.

Portanto, venho publicamente implorar à CEDAE e à Secretaria que resolvam o problema de água em Magé. O dinheiro federal está liberado e o povo não aguenta mais ficar sem água.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ZARATTINI - A bancada do PT solicita a todos os Deputados que venham ao plenário votar “não” ao texto, pela aprovação do destaque.

O SR. WLADIMIR COSTA (SD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Wladimir Costa, do Solidariedade, votou, em todas as votações, com o partido.

Muito obrigado.

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PV orienta o voto “sim”.

O SR. SIMÃO SESSIM - Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Simão Sessim tem a palavra.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na semana passada me pronunciei sobre o *Rock in Rio*. Compareci ao festival e fiquei impressionado com a beleza, a criatividade e a demonstração da família Medina de amor pelo Rio de Janeiro. Os organizadores do encontro se superaram a cada nova edição. Tal como os dedos da mão, não há um *Rock in Rio* semelhante. Um após o outro é melhor do que o anterior.

A edição deste ano trouxe, entre todas as boas novidades, no seu lastro, mais uma em especial: o calendário *Rio de Janeiro a Janeiro*. O projeto é de um quarteto de empresários — Roberto Medina, Paulo Marinho, Ricardo Amaral e Boni —, gente que tem na veia amor pelo Rio e certeza de que os problemas de uma cidade, de um Estado, de um país, de qualquer sociedade, enfim, se resolvem com trabalho.

O calendário *Rio de Janeiro a Janeiro* aposta na vocação do Rio. As cidades, assim como as pessoas, têm vocação: médico, marceneiro, professor, político, padre, pastor serão cada dia melhores no exercício da profissão que escolheram se forem vocacionadas. Assim acontece com as cidades. O Rio tem vocação para turismo, entretenimento e cultura, mas tem sido difícil fazer a cidade do Rio de Janeiro ser feliz com a vocação que tem.

Nesse ponto entram a abnegação e a força de trabalho de um grupo que, a despeito de todas as dificuldades, cria emprego, derruba o desânimo, faz o povo sonhar sonhos possíveis.



O calendário *Rio de Janeiro a Janeiro* soma-se à beleza e à força motivadora extraordinária do *Rock in Rio* para materializar os versos mais belos do poema de Gonçalves Dias *Canção do Tamoio*:

Não chores, meu filho;

Não chores, que a vida

É luta renhida:

Viver é lutar.

A vida é combate,

Que os fracos abate,

Que os fortes, os bravos

Só pode exaltar (...)

O Prefeito Marcelo Crivella abraçou a ideia; o Governador Pezão imediatamente deu o apoio do Governo do Estado; o Governo Federal, movido pela sensibilidade do Presidente Michel Temer, chancelou o calendário com a presença de alguns Ministros, Moreira Franco, Osmar Terra, Sérgio Sá Leitão, Marx Beltrão, entre outros.

O calendário é uma ferramenta de planejamento dos eventos que estimulam o turismo na cidade do Rio de Janeiro. Mas é bem mais que isso, é a demonstração clara de que seus organizadores acreditam que a crise se resolve com investimentos que gerem empregos e ofereçam trabalho para as pessoas. Trata-se de uma iniciativa altamente importante, numa ocasião em que há um elevado desemprego no Brasil todo.



Eu quero cumprimentar o Presidente Michel Temer, Roberto Medina, os empresários Boni, Paulo Marinho, Ricardo Amaral, o Governador Pezão, o Prefeito Marcelo Crivella, que de pronto assumiu a ideia e a incorporou na agenda da cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

do Beto Mansur, pela Liderança do Governo. *(Pausa.)*

O SR. LELO COIMBRA - Sr. Presidente, requeiro o tempo de Liderança da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Beto Mansur pediu antes para falar pelo Governo.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto ele se dirige à tribuna, eu gostaria de registrar a presença de Rominho Junior, Vereador de Tanguá — sua mãe, Rosa, foi uma das fundadoras do PT no Município —, e de Titi Brasil, uma das três Vereadoras de Angra dos Reis, que tem participação ativa, principalmente nas comunidades — sua mãe é uma comerciante muito respeitada e querida no Município.

Deixo o registro, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Beto Mansur.

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria registrar a importância do dia de hoje, porque nós tivemos a privatização de usinas da CEMIG. Eu tive a oportunidade de ouvir algumas lideranças aqui do Partido dos Trabalhadores e alguns Parlamentares que pertencem à bancada de Minas Gerais.

Estou na Casa desde 1991. Vim com a proposta de ajudar na quebra do monopólio das telecomunicações. E me causa espécie, porque percebo que lideranças que hoje ainda vivem aqui no dia a dia da Câmara dos Deputados operam como nunca com os telefones celulares.

Temos que lembrar que em 1991, quando cheguei à Casa, éramos todos comandados na telefonia pela estatal TELEBRAS. Quem tem um pouco mais de idade lembra muito bem que colocávamos nossas linhas telefônicas na declaração do Imposto de Renda, porque custavam muito caro no Brasil.

Hoje temos 255 milhões de linhas telefônicas celulares operando. Sabem por quê? Porque houve a privatização. É muito importante que nós possamos privatizar aquilo que for possível.

Hoje o Governo colocou recursos nos seus cofres e vai colocar mais de 12 bilhões de reais com a venda de algumas usinas da CEMIG. É importante dizer isso não só para acabar com o cabidago de emprego que existe na CEMIG, mas também para que tenhamos investimento privado no interesse da sociedade brasileira.

Causa-me espécie ver lideranças do Partido dos Trabalhadores e de partidos das esquerdas dentro do Congresso Nacional dizendo que nós não devemos



privatizar. Ora, eles ficaram 13 anos administrando o Brasil. Por que não estatizaram uma empresa como a Vale do Rio Doce? Por que não voltaram atrás com as empresas de telefonia?

É claro que nós sabemos que a sociedade brasileira quer, mais do que nunca, que possamos privatizar tudo aquilo que for possível, primeiro, porque vamos acabar com esse empreguismo desenfreado, com os interesses de determinados setores de atividade que não querem ver as coisas serem privatizadas, e vamos diminuir o tamanho do Estado brasileiro.

Está de parabéns o Governo. Nós estivemos recentemente na China, conversando com uma série de empresários que têm todo o interesse em investir no Brasil. Por quê? Porque é um País que não tem guerra, que tem estabilidade política e jurídica, ou seja, os contratos são respeitados. Nós devemos sim buscar aqueles que queiram investir, para que possamos atender fundamentalmente e melhor a sociedade brasileira.

Mais uma vez, parabéns ao Governo, que trabalhou nos leilões pela privatização de usinas da CEMIG exatamente porque vamos investir mais nesse setor, baratear custos e acabar com o empreguismo.

Obrigado, Presidente.



O SR. LELO COIMBRA - Sr. Presidente, requeiro o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra, pela Liderança da Maioria, ao Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*

O SR. LUIS CARLOS HEINZE - V.Exa. me concede 1 minuto, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última segunda-feira, em São Luiz Gonzaga, a COOPATRIGO, que tem como Presidente o Sr. Ivo Batista, comemorou 60 anos.

São mais de 600 os funcionários da Cooperativa, que tem algo em torno de 9 mil associados. Os associados têm segurança, através de novas tecnologias e da evolução da agricultura, e também a garantia da compra dos seus produtos.

A Cooperativa trabalha basicamente com soja, trigo, milho, arroz, parte da suinocultura e leite, o carro-chefe da economia daquela Cooperativa.

Parabenizo os associados e os funcionários na pessoa do Presidente Ivo Batista.

Um abraço!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra, pela Liderança da Maioria, ao Deputado Lelo Coimbra.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, eu acabo de chegar do Estado do Rio de Janeiro, para onde me dirigi ontem à noite para acompanhar, durante o período da manhã, das 9 horas até as 14 horas de hoje, a 14ª Rodada de Licitações de blocos para exploração de petróleo e gás em nosso País.

De 2008 a 2013, nenhum leilão de petróleo foi feito neste País, pelos mais diversos motivos, entre eles questões envolvendo o preço do barril e a crise da empresa. O marco legal, que foi feito em 2007 e 2008, não nos deu segurança, para que os leilões fossem fortalecidos.

Hoje foram oferecidos 287 blocos de exploração, sendo 110 *offshore* e 177 *onshore*.

Os blocos em oferta foram os da Bacia da Parnaíba, no Nordeste; da Bacia de Pelotas, no Rio Grande do Sul; da Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte; da Bacia do Paraná; da Bacia do Espírito Santo; da Bacia Sergipe-Alagoas; da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro; da Bacia de Santos, em São Paulo; e da Bacia do Recôncavo, na Bahia.

As duas vedetes desse leilão foram os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, através de Campos.

O leilão foi um sucesso e demonstrou a política de acerto do Governo, a política de acerto da PETROBRAS, neste momento.



Em Campos, dois blocos importantes foram arrematados pela própria PETROBRAS, com excelente destaque, sendo que dois deles fazem parte dos blocos que tem extensão territorial no Espírito Santo.

Foi um leilão de grande importância e, para mim, especial. A minha presença lá se deu por dois motivos que considero importantes. Primeiro: eu fui Presidente da Comissão Especial que debateu e decidiu pela entrada de capital estrangeiro na exploração do pré-sal, em 30%, o que permitiu a ampliação do nível de participação em 30%. Isso envolveu não só o capital nacional, como também o capital estrangeiro no espaço do pré-sal. Segundo: o meu Estado foi um dos quais a presença, as ofertas e a concorrência, pelas oportunidades dos blocos que já existem, foram muito importantes, exceto um bloco, que, num primeiro momento, não teve concorrentes, e dos dois últimos, em Campos — eram quatro com vinculação ao Espírito Santo —, em que não foi possível...

De modo geral, o leilão foi um sucesso. Isso representa para o Estado do Espírito Santo, nos próximos 8 anos, um investimento da ordem de 50 bilhões de reais. O valor dos *royalties* que vão para o nosso Estado será distribuído também para os Municípios, tendo em vista a política do próprio Governo. O Governo do Estado vai distribuir valor dos *royalties* entre os nossos 78 Municípios, a exemplo de como distribui o ICMS. Vai distribuir um valor adicional em *royalties* para cada uma das cidades do Espírito Santo, o que será motivo de investimentos importantes por parte dos nossos Municípios.

O leilão foi um sucesso. A PETROBRAS está de parabéns. O ânimo e a movimentação de todos os que lá estavam colaboraram para que essa política hoje fosse feita sob a forma de um grande evento. A partir de agora deixará de ter esse



formato, para se dar sob a forma de leilões regulares, de leilões rotineiros, sem essa expectativa grande dada agora. Cada campo, cada espaço a ser explorado, seja *onshore*, seja *offshore*, será leiloado rotineiramente pela Agência Nacional de Petróleo.

Eu quero registrar esse fato, pois considero de grande importância, de grande relevância o que aconteceu no dia de hoje no Rio de Janeiro, na 14ª Rodada de Licitações da ANP.

Sr. Presidente, quero me somar ao líder Beto Mansur, quero me solidarizar com S.Exa. e assinar embaixo das suas palavras relacionadas ao sistema elétrico, que hoje deu um passo importante.

Queria concluir o meu discurso com um debate que eu considero importante, um debate que chama o Poder Legislativo à obrigação de responder a este tema.

Nós votamos aqui uma legislação, a 20 ou 25 dias atrás, relacionada ao processo de renovação de concessões. Esse processo estabeleceu um marco, segundo o qual as concessões que estão em debate para serem renovadas, especialmente aquelas que ainda não venceram, podem ter os acordos e as movimentações resgatadas, planilhadas e debatidas com o Governo Federal, com os Governos dos Estados e com o espaço privado deste País, seja de capital nacional, seja de capital internacional, seja de consórcios.

Eu me refiro especificamente ao interesse que o nosso Estado tem. Não é o único Estado que tem interesse neste debate. O Estado do Espírito Santo tem interesse no debate importante da renovação da concessão da Companhia Vale do Rio Doce. Dentro desse debate está a construção de uma ferrovia, que ligará a cidade de Cariacica, na Grande Vitória, no meu Estado, até a divisa com Campos,



incluído o porto de Presidente Kennedy, o Porto Central, cuja construção está em andamento.

No entanto, 4 dias atrás, o Ministério Público Federal notificou a ANTT, para que ela não assinasse nenhum documento, não tomasse nenhuma iniciativa que fosse resultado dessas pré-negociações, deste debate em curso, sob pena de serem suspensas as suas decisões, sob pena de serem desautorizadas as suas decisões.

Ora, essa decisão do Ministério Público é contra o interesse nacional, é contra o desenvolvimento do País. Não existe nenhuma forma de fazermos, no nosso Estado, um procedimento referente a essa ferrovia, na região da Grande Vitória até a divisa com o Rio de Janeiro, e, na sequência, em outra oportunidade, chegarmos ao porto, no Rio de Janeiro, a partir de Campos, a não ser por uma negociação desse tipo.

O instrumento legal existe, o arcabouço legal nós constituímos aqui, nesta Casa, com a aprovação do Senado também, com a aprovação do conjunto das duas Casas, com a aprovação e a sanção do Governo da República. Não há por que alguém, num órgão como o Ministério Público, que tem de fazer com que a lei seja cumprida, desautorizar o instrumento e a estrutura legal que constituímos nesta Casa e no Senado, para que o desenvolvimento possa se dar.

Isso acontece e atinge várias iniciativas, pelo Brasil afora. Há cinco ou seis iniciativas pelo Brasil afora que estão ancoradas, que estão vinculadas a esse arcabouço, a esse marco legal que nós constituímos aqui.

Portanto, hoje, ao mesmo tempo, temos duas decisões importantes: uma alinhada, anunciada e manifestada pelo Deputado Beto Mansur, e essa do Rio de Janeiro, de onde acabo de chegar, a da 14ª Rodada de Licitações de petróleo e gás,



fato que não acontecia há algum tempo em nosso País, desde 2008. Aconteceu em 2013, mas não houve presença de competidores, e ela foi considerada deserta.

Então, em relação a este último tema, do arcabouço jurídico, do marco legal que nós desenhamos, que nós debatemos nesta Casa, vindo do Poder Executivo, mas aprimorado aqui, e que está à disposição para esse debate do processo de renovação de concessões, eu destaco que temos responsabilidades, enquanto Casa que desenhou o debate e a votação desse marco legal envolvendo as negociações de contrapartidas de concessões, naqueles casos em que elas ainda não tiveram o seu vencimento conclusivo, mas em que estão às portas de tê-lo. E não há nenhuma discussão desse porte que se faça da noite para o dia. Ela tem que ser feita com antecedência, com clareza e com a participação clara de todos aqueles que têm interesses.

Neste caso, o interesse é da Nação. É o interesse do desenvolvimento, é o interesse de fazer com que o Brasil recupere, com a sua infraestrutura, com a sua capacidade logística, o tempo perdido, especialmente o tempo perdido nos dois últimos Governos que nos antecederam.

Portanto, faço daqui, ao mesmo tempo, o registro da 14ª Rodada de Licitações de petróleo e gás e esse outro registro, que é importante, para que nós tomemos em nossas mãos o direito de fortalecer aquilo sobre o que legislamos e aquilo que o Executivo coloca, como política de Estado, para o nosso debate, com o interesse direto da sociedade, do nosso povo.

Muito obrigado a todos aqueles que me acompanharam.



O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O Deputado Gonzaga Patriota votou conforme orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero denunciar o estado de abandono, por parte da atual administração, da população do Município de Acará, no Estado do Pará, onde resido.

Esta administração prometeu muito, mas hoje, no interior, não há um ramal recuperado, não há uma ponte recuperada, falta merenda nas escolas. Além disso, foi feita licitação para o transporte escolar, mas a empresa ganhadora não é a dona dos ônibus, tem problemas financeiros e não leva os alunos à escola.

Na cidade, a saúde está numa situação de calamidade pública: o hospital não funciona e a UPA está paralisada, sem ter funcionado sequer 1 dia para atender a nossa população. A cidade tem um rio bonito, o Rio Acará, e poderia ter uma orla, mas, em vez disso, o mato cobre a frente da cidade. A Prefeitura deixa a cidade toda esburacada. Não há uma obra para a população, após 1 ano desta administração.

Sr. Presidente, quero fazer essas denúncias e cobrar uma ação do Ministério Público, a fim de que se verifique como está sendo gasto o dinheiro do Município, porque a Prefeitura tem uma boa arrecadação e tem recursos. Eles não vão atrás das emendas que nós estabelecemos para o Município. Eu mesmo destinei cerca de 3 milhões de reais em emendas, para aquisição de máquinas e equipamentos. A Prefeitura mandou um documento para a Caixa Econômica Federal, pedindo prorrogação do prazo, mas não apresentou os documentos necessários para a liberação daquelas emendas.



Esta é uma administração desastrosa para o nosso Município. Nós precisamos que o Ministério Público intervenha. O que está acontecendo hoje é uma briga na família que administra o Município. Um irmão controla a iluminação pública na cidade e parte dos ônibus escolares, o marido controla a situação da balsa, enfim, eles estão disputando os espaços em que há recursos, para usarem as verbas em proveito pessoal, em vez de realizarem obras e serviços para aquela população tão necessitada.

Peço que este registro seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Silvio Costa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou muito animado com uma conta que acabei de fazer a respeito da votação da primeira denúncia contra Michel Temer. É preciso que a imprensa do Brasil comece a fazer essa conta.

Para darmos prosseguimento à denúncia, mandando-a ao Supremo, a fim de que Temer vire réu e saia do cargo que nunca lhe pertenceu, nós precisamos evidentemente de 342 votos. No entanto, precisamos fazer uma conta: na primeira denúncia, foram 227 votos contra Michel Temer. Vou repetir: na primeira denúncia, foram 227 votos contra Michel Temer. É evidente que os 227 Deputados que votaram contra Michel Temer na primeira denúncia vão, na segunda denúncia, que é muito mais séria, repetir o voto.

Portanto, essa história de que precisamos de 342 votos não é verdade. Nós precisamos de 115 votos — 342 votos menos 227 votos resultam em 115 votos.



O que eu quero dizer com isso? Todos os partidos da base, sem exceção — até o PMDB —, estão chateados com Michel Temer, porque não foram pagas as emendas, não foram nomeados os indicados aos cargos. Eu não vou citar nome de partido, mas fiz uma contabilidade e constatei que há partido em que houve só 13 votos contra Michel Temer, mas hoje há 26 votos, o dobro. Quem conhece um pouco deste Plenário sabe que existe uma insatisfação enorme da base em relação a Michel Temer. Eu não tenho dúvida disso.

Só quem fica gritando aqui é o Deputado Perondi. Perondi vai ficar rouco de tanto gritar, mas não vai mudar os votos. Perondi, V.Exa. precisa entender isso, companheiro! Eu até admiro que V.Exa. e o Deputado Marun defendam as coisas impossíveis, mas, por mais que se esforcem, não vão conseguir salvar Michel Temer dessa vez.

Eu quero falar com o senhor e com a senhora: vamos usar as redes sociais! É preciso que o Brasil vá às ruas. Michel Temer não vai aguentar 50 mil pessoas nas ruas. É evidente que ele não vai aguentar.

Eu quero falar com os 26 Estados da Federação e com o Distrito Federal: vão para cima dos Deputados Federais de vocês! Vão para cima de todos! Este é um ano pré-eleitoral. Digam aos Deputados Federais: *“Meu irmão, se você votar a favor de Temer, você não vai voltar. Esse Michel Temer não pode continuar”*.

Perondi está preocupado. Marun está preocupado. A base dele está tremendo. Hoje eu soube que mais de 200 Parlamentares foram ao Palácio do Planalto e todos voltaram contrariados, porque não há emenda, não há mais dinheiro, não há mais cargos.



Eu sei que há partido aqui querendo derrotar o Imbassahy e tirá-lo de lá. Ontem o PSDB praticamente derrotou o Ministro Moreira Franco. Ganharam por três votos — foram cinco votos; se três mudassem, eles tinham perdido.

Então, quero fazer um apelo à opinião pública do Brasil: vamos fiscalizar os Deputados Federais! Pressão! Se vocês fizerem pressão, conseguiremos os 115 votos. Só faltam 115 votos. Com 115 votos, Michel Temer vai sair do poder.

Presidente Rodrigo Maia, V.Exa. está aí calado, mas vá se preparando! Compre um terno novo!

Hoje a bancada de Minas praticamente rompeu com Michel Temer. O Deputado Fábio Ramalho, 1º Vice-Presidente desta Casa, comunicou o rompimento, porque Michel Temer vendeu a CEMIG. Então, o Deputado de Minas que votar a favor de Michel Temer não gosta de Minas, gosta de Michel. É mais um problema para Michel.

Vamos para cima! São 115 votos para tirarmos Michel!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm, que já estava na fila.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro importante.

Nós assumimos o lugar do Deputado Mauro Pereira na Presidência da Frente Parlamentar de Defesa e Valorização da Produção Nacional de Uvas, Vinhos, Espumantes e seus Derivados. Toda a cadeia produtiva desse setor é valorizada por meio de empreendedores como o Instituto Brasileiro do Vinho — IBRAVIN, o Sindicato das Indústrias do Vinho de Santa Catarina — SINDIVINHO e todos os produtores e entidades representativas.



Ressalto também a nossa força política aqui no Congresso, sob a Presidência de V.Exa., a quem queremos agradecer. Temos pautas importantes aqui na Câmara e no Senado: a reformulação da Lei do Vinho; a questão da competitividade, que é fundamental; a redução da carga tributária; a questão do IPI.

Além disso, a partir de janeiro, teremos a inclusão dos vinhos e espumantes na regra do SIMPLES. Assim, todo o segmento terá um suporte de inclusão, até o faturamento, da ordem de 4,8 milhões de reais. Essa foi uma conquista que contou com o apoio do SEBRAE e dos Ministérios. Houve uma busca do Governo pela organização setorial, que se faz necessária.

Com a força da representação de mais de 250 Parlamentares e com uma pauta estabelecida, vamos trabalhar, inclusive com a pauta legislativa. Esta é uma agenda positiva para o País.

Nós tivemos também a participação da EMBRATUR nesse processo. Em breve, realizaremos encontros com os Embaixadores, para promover os vinhos, os espumantes e os sucos brasileiros no âmbito internacional, a fim de ampliarmos os negócios e garantirmos, nessa cadeia produtiva, milhares de empregos.

O setor do vinho é uma agenda positiva para o País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira e, depois, ao Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava ouvindo o Deputado Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores falar da tribuna. A verdade é que a maioria absoluta dos Deputados desta Casa quer o melhor para o nosso País.



O Brasil está andando e está entrando no caminho certo. A economia está melhorando. Os juros e a inflação estão caindo. Os investimentos estão voltando. O povo está confiando no Brasil. Nós queremos, sim, que o Brasil continue nesse rumo.

Eu, de jeito nenhum, vou querer ficar do lado do PCdoB, da REDE, do PSOL, nem do partido do Deputado que falou há pouco. Nunca! Quem quer ficar do lado desse povo quer ficar do lado da destruição, do lado do atraso, do lado daqueles movimentos que quebraram o nosso País. Se o Brasil está mal hoje, é por culpa desses que estão contra Michel Temer.

Com muita responsabilidade, nós vamos, sim, continuar o Governo Temer até o final. Depois, com certeza, a nossa Justiça vai analisar o caso, vai abrir o inquérito, vai fiscalizar o que aconteceu e o Presidente Michel Temer vai ter a oportunidade de provar a sua inocência.

No entanto, de jeito nenhum, eu vou apoiar ou vou ficar do lado de quem destruiu o Brasil, de quem quebrou o Brasil, dos piores governantes da história do País: Lula e Dilma.

Eu vejo muitos partidos que fizeram parte daquele Governo se sentirem no direito de vir à tribuna para falar um monte de brincadeira — parece brincadeira! Tenho a impressão de que eles acham que o povo brasileiro é idiota, é burro e não os conhece. O povo os conhece bem e não acredita neles, assim como os Deputados e Deputadas desta Casa, que, na minha opinião, são inteligentes e querem o melhor para o nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento, eu quero prestar uma homenagem a dois heróis do povo mineiro: dois policiais militares que foram assassinados na última sexta-feira. Eu fui ao velório dos dois.

O soldado Herick foi assassinado na cidade de Padre Paraíso, no Vale do Mucuri, e o cabo Vanelli foi assassinado na cidade de Ilicínea, no sul de Minas. Esses dois profissionais foram assassinados unicamente porque eram policiais militares em Minas Gerais.

Eu quero cumprimentar a Polícia Militar de Minas Gerais e os policiais militares, que não mediram esforços e já prenderam os assassinos do soldado Herick, lá no Vale do Mucuri, e prenderam os assassinos do cabo Vaneli, agora à tarde. Inclusive, um dos assassinos do cabo Vaneli foi alvejado e morto durante o confronto.

Sr. Presidente, neste momento, quero expressar a indignação dos policiais militares de Minas Gerais e do resto da sociedade. Esta Casa está devendo votações de matérias importantes na área de segurança pública.

Nós não podemos conviver, sem nos indignar e sem reagir, com esse índice de 60 mil homicídios. Os agentes do Estado, os policiais militares deste Brasil têm sido as principais vítimas. Os números são de guerra, são inaceitáveis!

Fica aqui o registro da indignação dos policiais de Minas Gerais e do Brasil. É preciso que esta Casa reaja e que ofereçamos legislações que realmente resolvam a situação da segurança pública no Brasil.



O SR. MARCON - Sr. Presidente...

A SRA. RAQUEL MUNIZ - Sr. Presidente, eu quero fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Marcon.

O SR. MARCON (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero registrar aqui que o Orçamento do Governo Federal para o próximo ano não vai destinar recursos para o Programa Água para Todos.

Esse programa foi criado no Governo Lula, através do PAC, para atender famílias em lugares onde não há água para consumo. Esse programa foi terminado por este Governo que aí está.

Lá no Rio Grande do Sul, na semana passada, a nossa Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER recebeu um ofício do Superintendente do INCRA dizendo que não vai mais haver recursos para a assistência técnica dos assentados da reforma agrária, dos quilombolas, dos agricultores, porque o Governo Federal não vai mais repassar esses recursos. Além disso, não vai haver mais recursos para as empresas que dão assistência técnica.

Há outra questão que eu quero dizer aqui. Com certeza, mais Deputados receberam a mesma queixa: o Governo Federal lançou um programa para aquisição de ambulâncias para os Municípios — isso é bom, é positivo —, mas a Confederação Nacional dos Municípios enviou um ofício aos prefeitos, orientando-os a procurar Deputados da base do Governo, para que houvesse uma recomendação a respeito da aquisição das ambulâncias.

Se o dinheiro é público, se o programa é público, por que precisa haver uma recomendação dos Deputados?! É desta forma que este Governo está comprando Deputados, para que votem favoravelmente ao Presidente e ele não seja afastado.



Já que esta Câmara não toma uma providência, a Justiça tem que dizer ao Governo que o programa é público e os Municípios devem receber as ambulâncias. Não se deve usar a saúde para comprar Deputado para votar a favor desse corrupto que temos no Palácio do Planalto. Nós repudiamos a atitude deste Governo.

Em resposta ao Deputado de Caxias do Sul, do PMDB, eu quero prestar a minha solidariedade ao povo daquele Município. Em 2016 e em 2017, aumentou o desemprego com a política deste Governo Michel Temer. Ele fala o contrário porque não reconhece que, na cidade dele, cada vez mais, há pessoas desempregadas, fora da escola, sem moradia. Ele faz esse discurso mentindo para os seus eleitores de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. VINICIUS GURGEL (PR-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vinicius Gurgel votou com o partido em todas as votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, solicito que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa este meu pronunciamento.

No momento em que temos a possibilidade de votar a PEC 134/15, quero agradecer muito a presença do Prefeito Mário Osvaldo, de Francisco Sá, a quem digo que somos muito felizes pelo reconhecimento dado a tantas mulheres que participam da sua administração. Também quero agradecer a presença dos Vereadores Marquinhos e Helder e do nosso Secretário de Planejamento, Diguinho.



Hoje tivemos um dia intenso no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, na FUNASA, com o Prefeito Mário Osvaldo, que tanto quer ajudar o norte de Minas e a importante cidade de Francisco Sá.

Mais uma vez, peço que seja registrado nos meios de comunicação desta Casa este meu pronunciamento em que falo da presença do Prefeito Mário Osvaldo, de Francisco Sá, conosco nesta Casa.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer à companhia energética de Santa Catarina, que elaborou uma parceria com a comunidade para a utilização de energia solar no nosso Estado. Esse é o futuro da nossa Nação. Nós somos um país do sol.

Em Santa Catarina, em apenas 10 minutos, 1.000 novos contribuintes passaram a fazer essa parceria com a companhia energética, reduzindo em 80% seus custos de energia. Esse é o futuro! Santa Catarina está dando a todo o Brasil um exemplo com a implantação desse novo sistema de energia limpa, que não gera resíduos e que é o futuro da nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Deoclides Macedo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui fazer um registro importante: ontem, 26 de setembro, o Governador do Maranhão, Flávio Dino, completou 1.000 dias à frente do Governo do Estado.

São 500 obras, duas a cada dia, com que o Governador Flávio Dino tem apresentado o povo do Maranhão. São obras importantes, na área de infraestrutura, como o Programa Mais Asfalto, que já chegou a 150 cidades do Estado; na área de



educação, como o Programa Escola Digna, que já construiu, reformou e melhorou mais de 600 escolas no nosso Estado, além de ter fornecido fardamento escolar para os estudantes do ensino médio; obras e ações na área da segurança pública, com mais de 730 viaturas entregues à população do Estado do Maranhão. Hoje, o Maranhão tem 12 mil policiais nas ruas, um aumento de quase 30% sobre o número que o Governador Flávio Dino encontrou quando assumiu o Governo.

Portanto, nós queremos fazer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este registro importante de que o Governador Flávio Dino, mesmo no momento de crise que o Brasil atravessa, demonstra como se governa um Estado com seriedade, olhando para as pessoas, investindo no social, investindo em infraestrutura, olhando como se melhora a vida das pessoas.

Portanto, faço este registro dos mil dias do Governador Flávio Dino à frente do Governo do Maranhão com esse bonito trabalho, esse importante trabalho que tem feito para o desenvolvimento do nosso Estado, trabalho que também se desenvolve na área da saúde com os hospitais macrorregionais.

Peço divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Flavinho.

O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero em meu nome e em nome de praticamente 170 milhões de brasileiros parabenizar o Supremo Tribunal Federal, nesta noite, especialmente na pessoa da Presidente Cármen Lúcia, dos Ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes, porque tiveram a coragem de ir contra a corrente ateísta, marxista, que tem crescido no nosso País e que tenta tirar das bases do nosso País os valores morais e os valores cristãos. O



STF manteve aquilo que a Constituição, desde 1934, já tem muito claro: que o nosso ensino público pode, sim, ter o ensino religioso.

Assim, hoje, nesta tarde, de forma definitiva, o STF permitiu que nós continuemos tendo o ensino religioso, conforme preconiza a Constituição Federal.

Parabéns aos Ministros que tiveram esta coragem! Aos incomodados, digo: ou se mudem ou tentem mudar a Constituição, porque o nosso País é predominantemente cristão.

O SR. SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

O SR. PAULO MALUF (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Paulo Maluf votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

Informo que eu vou encerrar esta votação às 19h35min.

Peço aos Líderes que convidem seus Deputados para que venham ao plenário, porque essa votação terá efeito administrativo, todas as votações da PEC.

O SR. LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro.

O SR. LEO DE BRITO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um instante, Deputado Leo de Brito. O Deputado Severino Ninho estava na frente.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria fazer um registro, Sr. Presidente.

Ontem, no Auditório Nereu Ramos, foi realizado o Seminário Nacional de Secretariado, proposto pela Deputada Creuza Pereira, que está de licença médica, e fui encarregado de representá-la.



Esse seminário debateu uma lei que tramita nesta Casa, que está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJ, que trata de criar o Conselho Federal de Secretariado.

Sabemos que todos nós dependemos das secretárias, do secretariado. Trata-se de uma profissão antiga. Segundo estudos, ela surgiu com os faraós, na antiguidade, e até hoje eles lutam para ter um conselho federal. E o Governo Federal tem dificultado a criação dessa autarquia.

O seminário de ontem foi muito importante. Teve a participação da Presidente da Federação Nacional das Secretárias e Secretários — FENASSEC, Sra. Maria Bernadete, do Senador Paulo Paim, do Deputado Daniel Almeida, entre outros Parlamentares. Houve também a presença das secretárias desta Casa.

Portanto, foi um momento importante para a categoria, que luta para ter o seu conselho federal, assim como advogados, arquitetos, engenheiros, médicos, enfim, diversas profissões têm. Os secretários e as secretárias não têm. Portanto, trata-se de evento muito importante.

Eu parablenizo a Deputada Creuza Pereira pela realização do evento e também agradeço à Liderança do PSB, que organizou um evento tão importante nesta Casa para debater o projeto de lei que trata da criação do Conselho Federal de Secretariado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Leo de Brito.



O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um pronunciamento defendendo a *Rádio Nacional da Amazônia*.

Só quem conhece a Amazônia, quem conhece o povo que vive nas reservas extrativistas — estive no último final de semana na Reserva Extrativista Chico Mendes, que compreende os Municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri — sabe a importância que essa rádio tem para a informação dessa população.

Há 6 meses, um transmissor está com problemas, e não há retransmissão para essas comunidades na Amazônia. Hoje foi feita uma sessão solene aqui tratando desse problema. Eu quero reforçar o apelo ao Presidente Michel Temer para que a rádio seja reativada e continue cumprindo um papel importante na comunicação social na Amazônia.

Presidente, eu peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer meu protesto contra o corte que o Governo está fazendo na assistência social.

O Governo está tirando 98% dos recursos, ou seja, não é um corte no couro, na carne, na gordura, nem na musculatura. É no osso, na essência.

Estão matando a assistência social do nosso País, tirando recursos das pessoas idosas, das pessoas deficientes, dos pobres, daqueles que precisam do Estado para sobreviver, para se alimentar e para ter o mínimo de qualidade de vida e de dignidade.



Eu recebi uma manifestação do Conselho Nacional de Assistência Social indignando-se com isso.

Quero deixar registrado nos Anais da Casa que isso é muito ruim para o País.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna a fim de expor a nota de repúdio expressada pelo Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, a qual recebi em meu gabinete.

O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS manifesta sua indignação com o desrespeito à Política Nacional de Assistência Social, e ao previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, a Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 NOB SUAS 2012 e também desconsideração da Resolução CNAS nº12, de 19 de julho de 2017 que aprovou a Proposta Orçamentária para 2018.

O Ministério do Planejamento, revelando descaso com toda a população Brasileira, apresentou ao Legislativo a Proposta Orçamentária em questão com um corte das despesas dos serviços, programas, projetos das Assistência Social, no valor de R\$3.109.445.448,00, representando o percentual de corte de 98,05% e, das despesas dos benefícios destinados as pessoas idosas e com deficiência no valor de R\$3.851.527.531,00 com percentual de corte de 6,52%.



Para o CNAS, todos os recursos da Assistência Social são obrigatórios, exatamente porque são essenciais para materializar direitos sociais constitucionais. O tema é especialmente relevante neste ano conferencial: 99% dos municípios realizaram suas conferências municipais e deliberaram sobre a Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS.

A Assistência Social representa cerca de 13,9 milhões de famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família, quase 14 mil entidades de Assistência Social no Brasil, 5.570 Municípios que ofertam serviços diretamente e mais de 600 mil trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social — SUAS e não podemos aceitar a escolha do Governo Federal que tem por opção a retirada de Direitos Sociais e que toda esta parcela da população Brasileira seja totalmente desconsiderada no panorama Nacional com as necessidades básicas avaliadas como descartáveis e que fiquem a mercê dos interesses econômicos de poucos.

Exigimos que nossos direitos sejam preservados, somos uma parcela significativa desta sociedade. São mais de 3 bilhões retirados dos Serviços que atendem diretamente a população. Cabe evidenciar o impacto da ausência desses recursos para sociedade brasileira, nos



serviços de acolhimento ofertados nos municípios brasileiros que deixarão receber recursos em equipamentos estatais e da sociedade civil, para oferta de abrigos cerca de 30 mil crianças e adolescentes, 36 mil idosos, 20 mil adultos e famílias que encontram em situação de rua ou desabrigo por abandono.

O impacto na proteção básica da política de assistência social irá 2 milhões pessoas na quase totalidade dos Municípios que deixarão de desenvolver a manutenção e fortalecimento de vínculos familiares, evitando rupturas que levariam a maior atuação do Estado futuramente.

No Cadastro Único, instrumento utilizado por mais de 20 programas sociais federais para a seleção de beneficiários, a ausência de recursos dificultará a inclusão e a atualização de informações sobre as famílias de baixa renda, prejudicando o acesso aos programas sociais.

No caso do Programa Bolsa Família, a ausência de recursos implicará na falta de acompanhamento de aproximadamente 170 mil famílias que possuem crianças com irregularidades na frequência escolar e carteira de vacinação, restringindo a possibilidade de alteração das condições de pobreza vivenciadas por essas crianças e adolescentes.



A última Conferência Nacional de Assistência Social deliberou o II Plano Decenal da Assistência Social — 2016/2026, que circunscreveu a Assistência Social às estratégias de enfrentamento da pobreza, ampliação da seguridade social, universalização do SUAS e a integralidade das proteções sociais.

Entendemos e, por isso, repudiamos que os cortes na Assistência Social integram as opções do governo federal para redução no investimento público necessário para defesa, fortalecimento e ampliação da proteção social brasileira, na contramão das demandas sociais e da necessidade de ampliação de serviços previstos no II Plano Decenal.

O CNAS, como órgão colegiado, instância máxima de defesa dos direitos socioassistenciais, atuará junto a todas as instâncias do Poder Executivo, legislativo, Judiciário e Ministério Público, tendo em vista o descumprimento das normativas e legislações do SUAS para a garantia de direitos.

Por isso, convocamos vocês gestores públicos de todas as esferas, os Trabalhadores, os Parlamentares, os Fóruns de Assistência Usuários, as Entidades de Assistência Social, FONSEAS e CONGEMAS, os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e



outras representações unirem forças em defesa do Sistema Único de Assistência Social — SUAS e em defesa da Seguridade Social Pública.

Não há futuro para a Política Pública de Assistência Social.

Nenhum direito a menos! #respeiteosuas!

Sr. Presidente, se o lema deste Governo Federal fosse *Um direito a menos por dia*, ele estaria cumprindo à risca. O pacto social firmado na Constituição Federal de 1988, com partilha de responsabilidades dos entes federados, primazia do Estado para a garantia da dignidade humana, vem sendo constantemente colocado em risco.

Estamos vivendo de forma avassaladora o desmonte dos sistemas públicos estatais, das políticas de defesa de direitos.

Por isso, exigimos a recomposição dos recursos para assistência social, conforme deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social, órgão superior desta política. Que seja restabelecida a democracia no Sistema Único de Assistência Social!

Precisamos, neste Parlamento, impedir o desmonte de um sistema que protege a população em situação de vulnerabilidade e com direitos violados.

A reação é urgente e necessária! É preciso denunciar, articular forças políticas e participar desta luta!

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um pouquinho, Deputado.



Tem a palavra o Deputado Odorico Monteiro, que está esperando há muito tempo.

O SR. ODORICO MONTEIRO (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, gostaria de dar como lido pronunciamento parabenizando o Município de Reriutaba por seus 94 anos. Saúdo o Prefeito Osvaldo Neto; o Presidente da Câmara, Tarciano Castro; os Vereadores Galego Honório, João Veras e Chico Braga; e Djane Castro, ex-Presidente da Câmara.

O Município, no seu aniversário, ganhou um centro de educação infantil, a ordem de serviço para expansão do abastecimento de água do Distrito de Campo Lindo, e a estrada que liga Reriutaba a Amanaiara.

Gostaria que este pronunciamento fosse divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para homenagear os 94 anos de emancipação política do Município de Reriutaba, no meu querido Ceará, que foram comemorados no último domingo.

Saúdo todo o povo reriutabense nesse momento de alegria em nome do Prefeito Osvaldo Neto; do ex-Prefeito e grande amigo, Galeno Taumaturgo; do Presidente da Câmara, Tarciano Castro; de sua esposa e ex-Presidente da Câmara, Djane Castro; e dos Vereadores Galego Honório, João Veras e Chico Braga.

Aproveito para agradecer a confiança e a esperança depositada no nosso trabalho, fruto dos mais de 4 mil votos que com que fomos agraciados nas eleições de 2014, o que nos fez o Deputado Federal mais votado nesta querida cidade.



No dia de ontem, tive a grande satisfação de voltar ao solo desta terra ao lado do Governador Camilo Santana nas festividades de aniversário do Município, oportunidade na qual assinamos a ordem de serviço para construção de um Centro de Educação Infantil (CEI) e as restaurações das CEs 329 e 366, obras estruturantes e de extrema importância para a formação social e para o acesso ao Município.

Além das ordens de serviço, foram entregues 334 títulos da terra para trabalhadores e trabalhadoras rurais locais, que agora terão tranquilidade e segurança para cuidar de suas propriedades.

Temos envidado todos os esforços para ampliar o desenvolvimento econômico e social da região, bem como a qualidade e expectativa de vida de toda a população local, cumprindo assim compromisso assumido na nossa campanha.

Prova disso são os mais de 2 milhões de reais que nosso mandato popular destinou ao Município por meio de emendas parlamentares entre os anos de 2015 e 2017, destinadas a diversas áreas, como custeio para a saúde, reforma do hospital público e UBS e construção do mercado municipal.

Para que o Município possa continuar avançando em seus índices de desenvolvimento, vamos continuar lutando por obras e investimentos de grande porte junto ao Governo estadual, bem como a todos os Ministérios em Brasília.

Por fim, reafirmamos a toda a população de Reriutaba a grande alegria e responsabilidade que carregamos por ser o representante desse povo aguerrido no Congresso Nacional.

Contem sempre conosco!



Sr. Presidente, gostaria que meu discurso fosse transmitido no programa *A Voz do Brasil* e em todos os veículos de comunicação da Casa.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem. Por favor, isso é importante para a Casa.

Eu acabei de vir do Senado, onde tive uma conversa com o Presidente Eunício Oliveira e com o Senador Romero Jucá. No projeto do fundo que veio do Senado, eles colocaram que o fundo partidário atual, o que já existe, só poderia ser doado para candidatos majoritários. É claro que isso não vai passar! O Eunício disse que ligou para o Michel Temer, e Michel Temer se comprometeu a vetar.

Aí, eu quero fazer uma pergunta a V.Exa., porque nós confiamos em V.Exa. — se não se votar, não vai acontecer absolutamente nada —: V.Exa. garante que procura Michel Temer e que Michel veta esse item?

Se V.Exa. garantir que procura Michel Temer, nós confiamos em V.Exa. Como o projeto é de maioria simples, nós o botamos para ser votado e o aprovamos. Se mexer nisso, não vai dar tempo de fazer nada. Agora, precisamos da palavra. V.Exa. não é Presidente ainda. Só quero que V.Exa. se comprometa a falar e trabalhar para ele vetar. É isso.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Presidente Michel não vai vetar, não. Ele não vai enfrentar o Senado. O Michel não vai vetar isso nem matando!

O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente...

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado Perondi.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 326;

NÃO: 104.

O TEXTO FOI MANTIDO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara, destaque para votação em separado do § 5º do artigo 17 contido no artigo 1º do substitutivo da Comissão Especial apresentado à PEC 282/16.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2017.

Deputado Efraim Filho

Líder do Democratas



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero complementar o requerimento e uma questão de ordem que eu formulei a respeito da questão do voto impresso, que eu considero da maior gravidade.

Voto impresso em 2018 é preceito legal. A lei que V.Exa. relatou em 2015 estabelece voto impresso. Reforma eleitoral é uma coisa, voto impresso é dever legal.

O Tribunal Superior Eleitoral está veiculando uma campanha publicitária sobre 12 mitos — campanha publicitária paga com dinheiro público. O mito nº 9 que o TSE pretende desmentir afirma o seguinte, Sr. Presidente e Srs. Deputados: em 2018 começa a ser adotado o voto impresso. Isso é propalar uma publicidade paga com dinheiro público que desrespeita a lei. Repito: a Lei nº 13.165, de 2015, em vigor, cujo projeto foi relatado por V.Exa., estabelece que em 2018 nós vamos ter voto impresso, e não começar a ter.

Então eu faço um apelo a V.Exa. e ao Ministro Gilmar Mendes, com quem mais de uma vez eu já discuti esse assunto: primeiro, que essa publicidade seja retirada do ar.

V.Exa. já imaginou se o Congresso veiculasse uma publicidade com dinheiro público contrariando uma decisão judicial? O que aconteceria neste País?

O TSE, ao veicular desmentido ao mito nº 9, dos 12 da campanha publicitária, anuncia um propósito ilegal. Começar a adotar o voto impresso em 2018 é contrariar



o que está na lei. Tem que ser adotado em 2018, e não anunciar que vai começar a ser adotado, sabendo, como sabemos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Só para concluir, eu peço duas coisas: primeiro, que a Mesa se dirija ao TSE para pedir um esclarecimento e, segundo, faço um apelo ao Ministro Gilmar Mendes para que mande retirar do ar essa propaganda que fere a lei e desperdiça o dinheiro público, ensinando a não respeitar a lei.

Muito obrigado.

O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como autor do projeto, tem a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. JAIR BOLSONARO (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Complementando o Senador Esperidião Amin, Sr. Presidente, nós votamos aqui o voto impresso. Ele foi vetado pela Sra. Dilma Rousseff, e nós derrubamos o veto por quase unanimidade, ou seja, a vontade do legislador é termos o voto impresso em 2018, para exatamente acabarmos com a suspeição de possível fraude.

A população brasileira não está acreditando em mais nada! Esta resposta do TSE de que começará a implementar em 2018 não é bem-vinda! Ainda dá tempo de o TSE procurar o Parlamento e arranjar recursos para comprar aquelas impressoras. O custo é baixíssimo!



Nós não podemos permitir que o TSE passe por cima do Parlamento brasileiro. O voto impresso é a garantia de que não haverá fraude no ano que vem, porque...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu peço que conclua, Deputado.

O SR. JAIR BOLSONARO - ...dos institutos de pesquisa, que, em grande parte, não são confiáveis e conduzem a um resultado que não é confiável.

O Parlamento tem que reagir a esta questão e exigir integralmente o voto impresso no ano que vem, como está definido em lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de fazer uma proposta. Vou fazer uma proposta tranquila, e gostaria que os Líderes escutassem a minha proposta.

Nós vamos seguir exatamente o que está aqui. O Deputado Efraim Filho vai falar a favor do destaque; o Deputado Pompeo de Mattos vai falar contra; e há 25 Deputados para orientar as bancadas.

Gostaria de propor o seguinte: eu abro o painel, e todos vão votando. O Deputado Efraim vem aqui e fala, depois a Deputada Maria do Rosário fala, depois todos orientam. Se sobrar tempo, todo mundo vai falar por 1 minuto. Eu vou respeitar tudo.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Excepcionalmente nós concordamos.

A SRA. SHÉRIDAN - Muito bom! Muito bom!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Excepcionalmente há concordância.



A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - De acordo, Presidente. Excelente!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está aberto o painel.

Tem a palavra o Deputado Efraim Filho, para falar a favor. *(Pausa.)*

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Pauderney Avelino está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino, para falar a favor.

Depois, terá a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, para falar contrariamente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria da atenção dos senhores para este...

A SRA. SHÉRIDAN- Presidente, é muito importante a orientação antes.

O SR. HILDO ROCHA - Isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Orientação antes? Vamos orientar antes, então? *(Pausa.)*

Orienta antes, depois eles falam.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou orientar: o PT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Depois V.Exa. fala, Deputado Hildo Rocha, e orienta pelo PMDB

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota "não".

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Presidente, V.Exa. está tumultuando o processo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSDB?

A SRA. SHÉRIDAN - É muito importante a orientação desta matéria.



O SR. PAUDERNEY AVELINO - Presidente, V.Exa. está tumultuando o processo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não estou, Deputado.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Não há orientação antes do encaminhamento.

O SR. HILDO ROCHA - Primeiro é a orientação. Isso não existe. Essa é uma tremenda irresponsabilidade do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tá bom. Vamos na minha proposta.

O SR. HILDO ROCHA - Não faça isso. Deixe de ser irresponsável!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está bem. Obrigado.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Suspenda a orientação.

O SR. HILDO ROCHA - Suspenda essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Pauderney Avelino, V.Exa. tem a palavra.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, é muito importante que V.Exas. tomem conhecimento deste destaque.

O parecer da Deputada Shéridan suprimiu, ainda na Comissão, o art. 4º, que previa a norma de fidelidade partidária, prevista no § 5º, que remanesce no parecer.

Todos sabem que no mês de março de 2018 haverá uma janela partidária, para que aqueles Parlamentares que não estejam satisfeitos ou em confronto com os seus partidos possam se valer dessa janela para mudar de partido.

O que fez S.Exa.? Suprimiu esta possibilidade com a retirada desse art. 4º ainda na Comissão, e manteve o § 5º, que nós estamos querendo suprimir agora,



para que possamos ter a janela em março do ano que vem sem que o Parlamentar leve o tempo de televisão ou o recurso do fundo partidário, exatamente como aconteceu em 2016.

Portanto, nós precisamos suprimir o § 5º deste texto. Suprimindo-o, nós manteremos aquela janela em março.

É importante que o Plenário entenda este destaque. Será um destaque de supressão. Quem quiser manter o texto que a Deputada Shéridan aprovou tem que colocar 308 votos no painel. Para derrubá-lo, nós teremos apenas que não dar número. E volta o que era antes, Deputado Esperidião Amin.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, peço a todos os senhores, sem mais perda de tempo, que votem pela supressão deste dispositivo para que voltemos à situação anterior, já votada em 2015, mantendo a janela para o mês de março de 2018.

Era isso.

O SR. GENECIAS NORONHA - Deputado Pauderney Avelino, por gentileza, solicito uma informação: quem quiser manter a janela de 6 meses vota “sim” ou “não”, em março?

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Quem quiser manter a janela vota “não”.

O SR. GENECIAS NORONHA - Obrigado.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Manato, o Partido Progressista vota “não”.

A SRA. SHÉRIDAN - Presidente, o acordo foi construído e é muito importante que o Plenário atente só...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A Deputada Shéridan vai esclarecer.



O SR. GENECIAS NORONHA (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Solidariedade orienta “não”. E eu já peço a todos que estejam votando...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não é para orientar ninguém.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um esclarecimento, como Relatora, sobre o que está sendo votado aqui. É importante que se respeite.

Estamos votando aqui o § 5º, que trata de fidelidade partidária. Estamos votando e orientando já com a construção do texto, que inclusive foi acordado nas últimas votações, para o segundo turno, para que nós possamos suprimi-lo, e esta discussão da janela e da fidelidade continua sendo tratada pela Lei dos Partidos.

Portanto, permaneceremos regidos pela Lei dos Partidos, que prevê única e exclusivamente a janela em março, votando “não”, pela supressão desse parágrafo do texto do substitutivo da PEC 282. O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Todo mundo entendeu. Ele vai votar. Quem quiser votar agora, vota. Daqui a pouco teremos a orientação. Vamos ficar calmos.

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Quem quiser votar, pode votar, mas não precisa.

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB quer encaminhar o “não”, Sr. Presidente.



O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, coloque “não” para toda a base.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Peça 1 minuto. Não é para orientar agora, só quem tiver consciência. Quem quiser, adianta; quem não quiser, espere a orientação do Líder.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “não”.

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos fazendo a reforma na undécima hora. Fomos empurrando com a barriga. Menos mal que Deus é bom; antes tarde do que nunca.

A reforma é pequena, mas nós temos que dar importância a ela, na medida em que uma coisa é o que eu quero, Deputado Manato; outra coisa é o que eu posso. Quando eu posso, resulta naquilo que eu quero. E o que é possível está sendo feito, embora eu tenha de fazer os meus reparos.

Por exemplo: fica como cláusula de barreira — para que o partido possa existir, ter fundo, representatividade, fundo partidário — a exigência de, no mínimo, nove Deputados nesta Casa. Grande número de partidos está nesta Casa e não tem nove Deputados. Se não tiver nove Deputados, terá que ter 1% dos votos em nove Estados e 1,5% dos votos no Brasil inteiro. Essa é a cláusula de desempenho, é a



cláusula de barreira, que, na próxima eleição, vai aumentando para 2%, 3%. Acho que é um avanço. É pequeno, mas é salutar, é saudável.

Com isso, 30 partidos que estão para nascer, não vão nascer. E dos 40 partidos que existem, 20 vão morrer na primeira eleição. E nas eleições subsequentes, dos 20, vão sobrar 10. Isso é bom para a política, é bom para o Parlamento, é bom para a organização partidária.

O outro item que sempre defendi e que não vencemos na plenitude, mas avançamos, diz respeito às coligações. Eu queria que fossem proibidas as coligações nas eleições proporcionais já, agora, mas acho que faltou coragem a esta Casa para isso. Mas a proibição foi aprovada para 2020, e vai valer para a eleição de Vereador. Eu diria que não é para já, mas é para daqui a pouco, e isso vai ajudar a moralizar a política. Cada partido vai ter a própria estrutura e não vai mais poder fazer coligações para Vereador, para Deputado Estadual e para Deputado Federal a partir de 2020.

A terceira questão, Presidente, diz respeito à fidelidade. Eu sou partidário. Eu sou do PDT e tenho nove mandatos — não parece! —, sempre no PDT. Poucos nesta Casa têm tantos mandatos num único partido, se é que alguém tenha! Digo isso não para contar para mim, mas para mostrar quão importante é a questão partidária. A fidelidade é fundamental.

A lei vigente já diz que, 6 meses antes da eleição, aquele que exerce o cargo para o qual vai concorrer pode trocar de sigla. Na eleição para Vereador, 6 meses antes da eleição, os Vereadores podem trocar de sigla; para Deputado Estadual e Federal, 6 meses antes da eleição, também pode trocar de sigla. Isso já é lei! Mais do que isso é casuísmo, mais do que isso é desarrumar a Casa.



Nós precisamos, ao contrário, respeitar, valorizar os partidos. A política está mal porque os partidos não estão bem. Desarrumou-se tudo porque há o exagero nessa sopa de siglas, em que o eleitor não compreende bem as ideias, as ideologias, as conveniências.

No Brasil há duas coisas boas: fazer igreja, porque o dízimo é pago pelos fiéis, ou fundar partido, porque o Governo paga com o fundo partidário. Só que, se não tiver fiel, a igreja não se sustenta, porque não tem quem pague. Já no caso do partido, mesmo não tendo voto, mesmo não tendo representatividade, ele dispõe do fundo partidário.

Vamos respeitar, valorizar os partidos, criar essas dificuldades, exatamente para que o partido que tem voto, o partido que tem fiéis, o partido que tem seguidores subsista, tenha representatividade, e interprete o pensamento e o sentimento da população.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu peço que a orientação seja zerada no painel, porque vamos começar de novo. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Como vota o PMDB, Deputado Hildo Rocha?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, o PMDB encaminha “não”, porque entende que a janela é uma forma de aqueles Parlamentares que têm mandato e queiram possam sair de um partido e migrar para outro, seja Deputado Federal, seja Deputado Estadual, seja Vereador. Essa é uma oportunidade que existe, que está na nossa legislação infraconstitucional. Já foi aprovada no Senado, mas os



Senadores não precisam mudar de partido. Eles mudam se quiserem. Então, para lá não há necessidade de janela, porque se muda a qualquer hora.

Foi um equívoco do Senado da República que eu pedi para que fosse mudado. Na Comissão não houve possibilidade de mudança e ficou para fazermos aqui essa mudança no texto, suprimindo esse parágrafo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT, Líder Carlos Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT considera adequada a atual legislação, que permite a transferência de partidos no mês de março do ano da eleição. Portanto, no ano de 2018, os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, no mês de março, poderão trocar de partido.

Somos a favor da ideia de 6 meses de filiação. Por isso, propusemos essa adequação. O texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 282 fecha essa janela. Nós queremos reabri-la.

Nós somos favoráveis à retirada desse parágrafo.

Votamos “não” ao texto e pedimos a toda bancada do PT que vote “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PP, grande Líder Arthur Lira?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Progressista apresentou um destaque de igual teor. Nós somos a favor do acordo, da retirada do § 5º do texto da Deputada Shéridan.

Votamos “não” para que a janela permaneça aberta na legislação infraconstitucional, acertada para 30 dias antes do mês de abril do ano que vem.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Como vota o PSDB, Deputada Shéridan?

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, para a garantia da janela, que já é prevista pela Lei dos Partidos, no mês de março, a orientação é que se vote “não”, para que se possa suprimir o § 5º do substitutivo da PEC 282.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD?

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD gostaria que houvesse a janela, e a janela fosse finita em março, a última. Mas, como não tem, nós vamos votar a favor da janela de março. Nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR?

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente. Nós temos que ter a janela.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB, Deputado Bebeto?

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB considera adequada a reforma e a janela que nós garantíamos na legislação. Portanto, alterá-la não interessa aos partidos políticos. Mas interessa também que nós garantamos para 2018 a possibilidade àqueles Deputados que não desejam a permanência nos seus respectivos partidos de terem essa oportunidade. Daí, a nossa orientação é o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Grande Líder Pauderney.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria encaminha “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o DEM, Deputado Pauderney?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas orienta que o voto seja “não”, para que aquela legislação que nós votamos e aprovamos em 2015 continue valendo para 2018 e os anos seguintes. Portanto, para suprimir do texto deste parecer, temos que votar “não” ao destaque do § 5º. Portanto, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. foi bem claro na posição de V.Exa.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PTB e coligação?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB e a coligação entendem que a janela deverá ser mantida no mês de março, porque agora é que nós estamos começando a traçar um novo rumo político para o Brasil. Consequente, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT, Deputado Sérgio Vidigal ou Deputado Deoclides Macedo?

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT orienta “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Como vota o Podemos, Deputado Bacelar?

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se mantivermos o texto, estaremos indo de encontro à legislação já aprovada em 2015. Por isso, orientamos “não”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Solidariedade, Deputado Major Olimpio?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, respeitando o acordo e o melhor para o Brasil, o Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Alice Portugal, como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Carlos Manato, o PCdoB tem uma opinião relacionada à questão da fidelidade partidária. Na discussão dessa reforma política, nós devemos procurar fortalecer ao máximo os partidos, recuperar a fisionomia deste Parlamento.

Nós fizemos um acordo preliminar com uma janela, digamos, discreta, que não seja uma porta aberta para a desmoralização do Poder Legislativo, que está em xeque aos olhos da sociedade. Por isso, o PCdoB, vislumbrando esse acordo que permite alguma mobilidade, mas uma mobilidade dentro de um regramento acertado preliminarmente, vota “não” a esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS, Deputado Roberto Freire?

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, seguindo o acordo, o PPS vai votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PRB, Deputado Carlos Gomes?

O SR. CARLOS GOMES (PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB orienta “não”, para manter a janela preestabelecida em lei.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PV, Deputado Evair Vieira de Melo ou Deputada Leandre? (*Pausa.*)

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PHS, Deputado Pastor Eurico, vota “não”.

Como vota o PV, Deputada Leandre?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC, Sr. Presidente, orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL, Deputado Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL — não é novidade e não é vocação, nem sina — vai contra essa corrente, em coerência com a nossa convicção, com a nossa história e com a nossa compreensão. O texto da PEC, relatado pela Deputada Shéridan, tem o mérito de constitucionalizar a fidelidade partidária, reiterar no texto constitucional o que a lei já dizia: mudar de partido pode, sim, desde que haja um continuado desrespeito, ou pela direção partidária ou pelo filiado, ao seu programa, aos seus propósitos, princípios e valores.



Portanto, janela é um arranjo, é um acerto, porque mudar de partido já pode. Nós não queremos manter essa probabilidade de janela, de transferência, porque partido político não é clube de futebol movido a mercado.

O nosso voto, portanto, é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Meu eterno professor, Deputado Miro Teixeira, como vota a REDE?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a mudança de partido é algo difícil em democracias mais avançadas do que a nossa. Mas é apenas difícil, não é proibido. É que o eleitor não vai entender que um social-democrata se torne um democrata cristão na Alemanha ou que um republicano se torne um democrata nos Estados Unidos. Mas é possível, pode-se mudar de partido.

O que existe é a coerência dos próprios partidos políticos. Isso sim! Aqui as análises são invertidas. Os partidos não são obrigados a sua linha de coerência, a sua linha de honestidade, de integridade, como se vê aí em todos os inquéritos, porque os Parlamentares são submetidos como se fossem propriedades dos partidos.

Na REDE, não temos Parlamentares eleitos pela nossa legenda, não temos interesse direto nessa discussão.

Em solidariedade ao conjunto dos Parlamentares, votaremos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Representante do PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de votar, quero agradecer aqui a presença do Presidente do PEN Patriota, de Búzios, o companheiro Sandro.



O PEN firma na proposta de 2015, de mantermos aquilo que foi votado nesta Casa aqui, e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Minoria, Deputado Arlindo Chinaglia? Todo mundo está votando “não”.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado. *(Pausa.)*

Como vota a Maioria?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado. *(Pausa.)*

Deputado Beto Mansur, como vota o Governo.

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo liberou as bancadas, e logicamente estamos vendo que todos votarão “não”, exatamente porque isso prejudica os partidos políticos. Nós já temos uma janela e ela deve ser respeitada.

O Governo, logicamente, libera a bancada. Mas, pelo que eu vejo, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria humildemente de pedir desculpas se eu ofendi alguém. Mas nós acabamos agora de orientar e já votaram 368 Parlamentares. Agradeço àqueles que compreenderam. Vamos continuar.

O que nós vamos fazer agora? Todos os Parlamentares que quiserem falar por 1 minuto é só ir ao microfone que eu vou chamar um por um. Vou chamar todo mundo. Daqui eu vejo todos.

Concedo a palavra ao Deputado João Rodrigues.



O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero justificar que, no momento da votação anterior, nós estávamos numa agenda importante. Nesta eu já votei, mas, na anterior, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado João Rodrigues.

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós gostaríamos de manifestar o nosso total apoio às manifestações contra a privatização do Sistema ELETROBRAS.

Queremos deixar registrado o nosso repúdio ao Ministro e ao Governo, que passaram a vender o patrimônio nacional sem nenhum compromisso com o País, sem nenhum compromisso com a soberania nacional. Esse dinheiro não vai resolver nada. O Governo não tem o mínimo de respeito para com o povo brasileiro.

A ELETROBRAS é parte da soberania nacional, é estratégica para o País. Os engenheiros, funcionários e trabalhadores daquela empresa neste momento estão tristes e enfrentam essa luta.

Nosso repúdio, Sr. Presidente, a este Governo golpista privatizador!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 13;

NÃO: 371;

TOTAL: 384.

ART. 17: 1.

QUÓRUM: 380.

ESTÁ SUPRIMIDO O DISPOSITIVO.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Esta Presidência informa que estão prejudicados os Destaques nºs 3 e 5.



O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, quero esclarecer que votei com a bancada, de acordo com o meu encaminhamento, mas isso não está no painel.

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jorge Solla votou com o partido. Eu iria votar quando V.Exa. encerrou a votação. Por favor, registre o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Já vou dar a palavra a V.Exa. como Líder.

Eu vou fazer de novo a proposta, porque é tema diferente. Se todos permitirem, continuaremos com o mesmo procedimento, sem tumulto, sem nada. Lemos, abrimos o painel, os Deputados falam a favor, falam contra, depois há a orientação. Posso continuar com esse procedimento? *(Pausa.)*

O SR. JOÃO ARRUDA (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Arruda votou com o partido na última votação.

O SR. ARTHUR LIRA - Deputado Manato, para encaminhar.

O SR. HILDO ROCHA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada, pode falar por 1 minuto.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de contraditar essa possibilidade da abertura do painel antes do debate. É um debate novo. Nós gostaríamos de argumentar. Eu espero que haja a abertura deste Plenário para ouvir os argumentos. Por isso, seria



uma temeridade abri-lo antes. Eu peço a V.Exa. que, neste caso, não havendo acordo, especialmente aqui...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Então, vamos fazer um segundo acordo.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pelo segundo acordo, V.Exa. vai usar a palavra como Líder, os Deputados vão falar contra ou a favor. Na hora da orientação, eu abro o painel, e as pessoas orientam.

Vamos fazer esse acordo, Deputada?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Presidente, vamos aguardar a orientação. Não há acordo.

A SRA. SORAYA SANTOS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputada.

A SRA. SORAYA SANTOS (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu sei que estamos com uma pauta longa, mas eu gostaria de agradecer, antecipadamente, a movimentação das mulheres de todos os partidos que estão se mobilizando em torno da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015.

Quero agradecer também à OAB Mulher, que se organizou nacionalmente. Várias advogadas estão aqui, houve a manifestação do Presidente da OAB em prol da votação da PEC 134/15.

Sabemos que a PEC vai entrar em pauta, mas queríamos agradecer, antecipadamente, o esforço que essas mulheres estão fazendo, suprapartidariamente, por uma causa tão justa, que é a aprovação dessa PEC.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Algum Deputado não votou e quer justificar o voto? Todo mundo vai justificar.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar o próximo destaque.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre o acordo, o PSOL mantém a posição daquilo que são as disposições regimentais. Nós vamos avaliando ponto por ponto, item por item, sem prevalecer uma posição de acordo total e irrestrito.

Muito obrigado.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior votei de acordo com a orientação da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agora, é o momento apenas para justificativas de voto. Há mais alguém?

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votei com o partido na última votação.

O SR. SEVERINO NINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior votei de acordo com o partido.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, não votei na votação anterior, mas meu voto é com o partido.

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Pedro Uczai votou com a bancada do Partido dos Trabalhadores na votação anterior.



O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, votei com o partido na votação anterior.

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Alfredo Kaefer, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. MARCOS SOARES (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcos Soares na votação anterior votou com o partido.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista estar em reunião aqui no meu gabinete, registre-se o meu voto na votação anterior com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está certo. Votou com o partido, já está registrado. É só para justificar, Deputado.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO - Está justificado.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior votei com o partido.

O SR. PASTOR LUCIANO BRAGA (PRB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Pastor Luciano votou com o partido.

O SR. ALUISIO MENDES (PODE-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Aluisio votou com o partido.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Bolsonaro votou com o partido.

O SR. DR. JORGE SILVA (PHS-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Dr. Jorge Silva justifica o seu voto.



O SR. JERÔNIMO GOERGEN (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Jerônimo votou de acordo com o partido em todas as votações.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Osmar Serraglio votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Mais alguém quer justificar? *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB. *(Pausa.)*

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Pode encerrar a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu já a encerrei há muito tempo. Já há o resultado, Deputado.

O SR. ARTHUR LIRA - Estou querendo encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. EVANDRO GUSSI - Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Justifique, Deputado.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Marcelo Álvaro Antônio, do PR, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Falta só uma. Não houve acordo.

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Zé Silva votou com o Solidariedade.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Evandro Gussi votou com o partido.

O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Roberto Balestra votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos fazer um acordo aqui: quem votar na última não precisa justificar mais.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB.

V.Exa. dispõe do tempo regimental.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero dizer que de fato demoramos para recomeçar, mas retomamos o debate da reforma política. Sem dúvida alguma, não é a reforma política ideal, mas este Parlamento está se notabilizando por ter a coragem de tratar suas diferenças, de tratar, inclusive, as divergências, convergindo para a quebra do silêncio, convergindo para montarmos um modelo possível. É isso que continuamos a fazer hoje em relação ao debate dos destaques da proposta que veio do Senado e aqui é relatada pela Deputada Shéridan.

Agora, nós vamos tratar das federações partidárias. No mundo inteiro, esse debate sobrevive nas democracias mais importantes. Nós sabemos disso e aprovamos aqui o fim das coligações. A partir de 2020, no Brasil, não haverá coligações partidárias. Isso se deu fundamentalmente pelo sintoma que foi detectado de se puxar, às vezes, Parlamentares que não tinham uma representatividade do ponto de vista de votos para aqui estarem, superando outros que tiveram mais votos, e vindo para cá menos votados.

No entanto, nós não fizemos a imersão necessária sobre a afinidade ideológica. Esta é a hora do debate sobre o fortalecimento dos partidos políticos.

Também definimos uma barreira, uma cláusula de desempenho progressiva, uma cláusula de desempenho que crescerá 3% em 2030, mas que começará com 1,5%. Sabemos que legendas ideológicas, pequenos partidos, não alcançarão essa



barreira, não superarão a cláusula de desempenho, mas, por afinidade, poderão juntar-se. Ocorre isso na Espanha. Ocorre isso, com grande êxito, no nosso vizinho Uruguai. O sistema de federações é adotado como uma fusão temporária de partidos. Os partidos terão a obrigatoriedade de caminharem juntos durante toda a legislatura.

Um estudioso, David Fleischer, veio aqui na Comissão Especial e atestou com dados científicos, sociológicos a importância de que as federações pudessem ser formadas com as afinidades. Finalmente nós veríamos no Brasil a afinidade de um corolário político sendo absorvida e respeitada, com a introdução das federações partidárias.

Eu quero, portanto, exortar a grande necessidade disso para o futuro de partidos que não terão o alcance da cláusula de barreira ou daqueles que não têm representante no Parlamento, como o PCO, o PSTU e outros partidos que não têm representação no Parlamento. Eles poderão fundir-se temporariamente através das federações. Os que têm afinidade política poderão formar as federações para atuação parlamentar.

Portanto, eu quero exortar essa concentração para aprimorarmos essa reforma política, que é pequena, mas que existe e evitará que o TSE intervenha...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sobre a mesa requerimento de destaque de bancada, Destaque nº 4, com o seguinte teor.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do Art. 17-A da Constituição Federal, alterado pelo Art. 1º do Substitutivo adotado à PEC 282/2016.

Sala das Sessões, setembro de 2017.

Deputado Arthur Lira

PP



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Arthur Lira, como autor.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Líderes, ao longo desses últimos dias, nós discutimos e fizemos muitos acordos, mas o tema deste destaque não foi passível nem motivo de nenhum acordo.

Nós defendemos a transição do sistema majoritário para o sistema distrital misto, o que não foi possível. Mantivemos o nosso acordo para a manutenção das coligações em 2018 e para o final delas para 2020.

Cláusula de desempenho. Nós já aprovamos o fim das subfederações. Neste momento, a Plenário tem que decidir — e acho que decidirá com sabedoria — que não é possível mais manter penduricalhos, galhos e arranjos nessa legislação eleitoral.

Adotar as federações, neste momento, é querer perpetuar o sistema de coligação que nós votamos para banir já em 2020, inclusive, alterando o texto da Comissão.

Então, o PP — Partido Progressista, no sentido da coerência e da unicidade do que este Plenário vem debatendo, pede apoio aos Líderes partidários e aos Deputados para que aprovemos o fim das federações também para 2018, como fizemos com as subfederações.

Portanto, o encaminhamento partidário é o voto “não” ao texto, suprimindo as federações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, para falar contrariamente à matéria. *(Pausa.)*



O SR. ARTHUR LIRA - O Deputado Miro Teixeira pode falar no final do meu tempo, Deputado Manato, pois restou 1 minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. (*Pausa.*) Ausente de plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva, para falar favoravelmente à matéria. (*Pausa.*)

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir usar da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero concordar com ao fim das federações, porque antes estava aprovado e agora nós temos de retirar. Por quê? Porque acabamos com as coligações e criamos a fidelização do Deputado ao partido. Então, é preciso dizer necessariamente no artigo que os Deputados são fiéis ao partido, obrigatoriamente fiéis.

Mas logo em seguida, vota-se que o partido não é fiel a ele mesmo, que pode juntar-se a uma federação. São os argumentos que eu queria apenas acrescentar ao Deputado que gentilmente me cedeu o tempo do PP.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Orlando Silva, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção do meu amigo Deputado Arthur Lira no seguinte sentido: quando ele fala que não houve qualquer acordo para defender a criação das federações partidárias, eu quero lembrá-lo de que o Presidente do



partido dele, o Senador Ciro Nogueira, participou de um encontro na residência do Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, e o próprio Ciro Nogueira sustentou o texto aprovado no Senado da República que criava a federação partidária.

Não foi o relatório da Deputada Shéridan que introduziu a federação partidária, foi o texto aprovado no Senado originalmente que o fez. O que o Senado não aprovou e que a Câmara tentou introduzir, sim, foi a chamada subfederação, mas o Plenário de pronto rejeitou essa proposta.

Portanto, amigo Deputado Arthur Lira, de saída, o texto que nós votamos agora acerca da criação de federações partidárias veio do Senado e foi parte do acordo construído pelos vários partidos no processo de construção dessa reforma política.

Eu quero dizer aos colegas que esse processo produziu poucas novidades, pouquíssimas novidades. Saio, inclusive, com um sentimento de frustração dos debates da reforma política. Sempre que venho à tribuna, procuro defender a democracia direta com uma necessária mudança que nós não tivemos capacidade de produzir.

Mas devo dizer que a criação das federações partidárias não é a réplica das coligações que o Plenário já rejeitou e contou com o voto do nosso partido, o PCdoB, para por fim às coligações partidárias.

A criação das federações é um instrumento para aproximar correntes políticas que têm afinidades políticas e ideológicas. As federações não funcionam como a coligação, que se faz na convenção e se desfaz depois da eleição. A federação é um instrumento para o exercício do mandato legislativo, durante os 4 anos na



Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, como se fora um bloco político, um bloco político que se constitui com base num programa que passa pela eleição e segue durante a legislatura.

Por isso, eu faço um apelo aos colegas Deputados e Deputadas para refletirem sobre essa medida. É inclusive a incorporação de boas práticas internacionais. Aqui do lado do Brasil, no vizinho Uruguai, há uma experiência muito importante de formação de federações, a mais famosa delas é a Frente Ampla, do Uruguai. Mesmo na legislação da Argentina, o campo da esquerda se agrupava na Frente Grande. Países com democracias tradicionais na Europa, como Espanha, Portugal, França, preveem a hipótese da construção de blocos que valem para a eleição, que valem para a legislatura.

Por isso, eu quero fazer um apelo aos nossos colegas: que nós possamos manter a possibilidade de federação, que não é obrigatória. O partido não é obrigado a se federar com o outro, mas é uma opção para quem tem identidade política, para quem tem identidade programática e, ao mesmo tempo, com o funcionamento parlamentar regido pelas federações, nós poderemos ter aqui neste plenário uma racionalidade maior.

A tal fragmentação partidária, tão criticada em prosa e verso, tem na federação um antídoto, em que se respeitam os partidos que são constituídos, alguns dos quais hoje minoritários, quem sabe amanhã se tornem majoritários, portanto, respeita a constituição livre dos partidos e permite que se formem blocos mais orgânicos.

Atenção! O Brasil é muito diverso. São realidades políticas muito distintas. Não dá para querer enquadrar a realidade do Estado do Nordeste num quadro



político do Sul. E a federação permite que realidades distintas possam ser incorporadas, através desse instrumento.

Faço um apelo a cada colega Deputado, a cada colega Deputada que votem favoravelmente à manutenção do texto proposto pela Deputada Shéridan, que é sim texto que veio do Senado e se sustenta num acordo feito ao longo desse processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Orlando Silva.

Vamos orientar. Vamos colocar no painel a orientação.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado José Mentor acompanhou o PT na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós, agora, em comum acordo, vamos abrir o painel e um por um vai orientando, calmamente.

Podem abrir o painel de votação.

Como vota o PMDB, Deputado Hildo Rocha ou Deputada Laura Carneiro?

(Pausa.)

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Domingos Neto, na votação anterior, votou conforme orientação do partido.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, ontem, o PMDB fez uma reunião de sua bancada. Entendemos que já aprovamos as coligações, não aprovamos o distritão, então, não faz qualquer sentido aprovar, neste momento, as federações.

Portanto, o PMDB vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Um minutinho, Deputados. Já estamos em votação, cadê o painel? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, o PP orientou o voto “não”.

O SR. MAURO PEREIRA - O PMDB orientou o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PT, Deputado Jorge Solla?

O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta a manutenção do texto, a permissão das federações.

Aproveitamos para registrar a necessidade de um projeto que evite a volta do financiamento empresarial de campanhas. Há muita gente aqui interessada em voltar no tempo em que as empresas se juntavam para eleger os seus representantes de forma escancarada. Hoje saiu nos jornais até estrelas da televisão e grandes empresários dizendo abertamente que vão financiar a campanha de uma bancada de cem Deputados.

Sr. Presidente, esta Casa deveria representar o povo brasileiro, mas parece que está cada dia mais escancarada a distorção deste Parlamento, que, na sua maioria, representa a elite deste País.

Nesse sentido, votamos contra a volta do financiamento empresarial.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PP, Deputado Arthur Lira?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso destaque visa justamente a isto: nós não temos o sistema majoritário, nós estamos fazendo um sistema de transição para o fim das coligações



em 2020. Nós já retiramos as “subfederações”, e a federação é um penduricalho, uma forma de burlar a lei que nós estamos votando e criando.

Então, a orientação é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

Como vota o PSDB?

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é importante lembrar e fazer justiça ao trabalho que nós construímos ao longo de todo o relatório, desta parte da reforma política que trata das federações. As federações não são apenas um artifício para alentar ou atender a partidos pequenos. Elas são uma ferramenta de transição para que os partidos possam se acomodar e, ao longo do tempo, no período de uma legislatura, esses partidos pequenos possam se fundir e alcançar assim um quociente em âmbito nacional.

Boa parte dos senhores aqui são casados, conhecem ou passaram por um momento de noivado. Nossa proposta é uma espécie de noivado que, com sucesso ao longo dos 4 anos, prenunciam um casamento. Não há esse entendimento de apoiar especificamente a manutenção do texto das federações.

Como Relatora, cumprirei o que fiz até agora e vou votar a favor, mas libero a bancada do PSDB. Votando “não”, acabam-se as federações; votando “sim”, as federações são permanentes.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Vitor Valim votou com o partido na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Informo aos Deputados que não precisam justificar os seus votos. Ao votarem nesta matéria, já estão consolidando o seu voto, por favor.



O SR. ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, votar nesta consolidada as outras votações? *(Pausa.)* Obrigado, Presidente Carlos Manato.

A SRA. SHÉRIDAN - Votando “não”, as federações saem do texto; votando “sim”, as federações permanecem no texto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Qual é o voto do PSDB, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Liberou a bancada? *(Pausa.)* O PSDB liberou a bancada.

Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA - Deputado Carlos Manato, só um lembrete.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu ouvi de V.Exa. que esta votação estaria consolidando as outras.

Eu faço um apelo a V.Exa., porque nós temos uma votação de urgência que é infraconstitucional e nominal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Não, eu vou explicar a V.Exa.: quem não votou na votação anterior não precisa justificar agora.

O SR. ARTHUR LIRA - Esta votação consolida só as que passaram, não as que virão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Votou agora, valeu. Foi isso que eu disse, sem compromisso futuro. É compromisso presente. Entendeu?

O SR. ARTHUR LIRA - Muito obrigado.



O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PR?

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
O PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSB?

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSB libera a bancada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PSB liberou a bancada.

Como vota o Democratas, Deputado Misael ou Deputado Pauderney?

O SR. MARCOS SOARES (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o Democratas acredita que nós precisamos fazer uma reforma
minimamente viável. Por isso, nós encaminhamos o voto “não” para derrubar as
federações.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - O PTB é simpático, lá na frente, em qualquer época, à fusão de partidos.
Eu penso que a federação é um passo a ser dado nesse objetivo.

Conseqüentemente, eu vou votar “sim”, mas libero a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Liberada a bancada.

Como vota o PRB, Deputado Carlos Gomes? (*Pausa.*)

Como vota o PDT, Deputado Afonso Motta?



O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vai liberar a bancada, embora a maioria seja favorável à federação, por entender que ela pode ser uma alternativa importante neste momento de alteração profunda na legislação eleitoral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Podemos?

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, as federações são importantes para a manutenção das minorias, para que esses partidos possam ter a oportunidade de se fundir, de trabalhar juntos, de alcançar a cláusula de desempenho que nós aprovamos, portanto, o Podemos orienta “sim”.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PTB muda para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - “Não”.

Eu comunico a todos que haverá mais votações, para ninguém sair do Plenário.

Como vota o Solidariedade, Deputado Major Olimpio?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade, para aperfeiçoamento do processo político brasileiro, vai votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PCdoB, Deputada Alice Portugal?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Desculpe, Deputada Jandira.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Tudo bem. A Líder me pediu que orientasse.

Na verdade, Presidente, eu não estou entendendo a resistência deste Plenário à criação da figura da federação. A federação é uma reserva estratégica na legislação brasileira para o único mecanismo de associação partidária programática que não vale apenas para a eleição, mas para toda uma legislatura. Isso não é uma substituição à coligação. Essa é uma reserva estratégica, considerando-se que existe uma cláusula de desempenho que pode inviabilizar partidos.

Além disso, a associação partidária não é obrigatória. Só faz federação quem quer fazer. Ela vira uma legenda única eleitoral, mas tem que permanecer durante toda a legislatura. É um absurdo negar essa reserva estratégica à organização partidária brasileira.

O PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS, Deputado Roberto Freire?

O SR. ALEX MANENTE - Sr. Presidente, é muita honra aqui falar pelo nosso Presidente Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Ele está bem representado.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, neste momento, entende que a federação é um avanço da nossa democracia, porque é a oportunidade de os menores partidos que têm afinidade ideológica poderem estar juntos durante um período defendendo determinados temas. Por isso, nós acreditamos que a federação é fundamental. Pedimos que aprovemos, neste



momento, o texto que permite a utilização das federações a partir do próximo processo eleitoral.

Então, nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PHS?

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS também vai encaminhar, Presidente, o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Diego.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB encaminha “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Leandre, como vota o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PV entende que não é uma obrigação a federação, e sim uma oportunidade. Então, o PV orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o PSOL, Deputado Edmilson Rodrigues?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL encaminha “sim”, Presidente, desde que não seja uma camisa-de-força, mas seja uma possibilidade de atuação institucional de partidos diferentes que tiveram aqui a sua autonomia consolidada nos debates dessa PEC, mas que, em certas circunstâncias, podem exercer uma ação conjunta de dois ou mais partidos.

Há experiências em outros países, como o Uruguai mesmo, em que o Partido Comunista e o Partido Socialista do Uruguai, vários partidos, constituíram uma Frente Ampla, que é única. É uma espécie de federação. Até hoje persistem os



núcleos históricos, com as suas diferenças e autonomias, mas governam o país e as principais cidades há várias décadas, por exemplo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado João Derly, como vota a REDE?

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, diante da divergência da bancada, vamos liberá-la para que os Deputados votem conforme a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como orienta o representante do PEN? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria encaminha “sim”, Sr. Presidente, e considera que, assim como os grandes partidos — inclusive sou membro de um deles, que é o PT — garantiram, com o fim das coligações, o direito de exercitarem a execução do seu programa, é importante que as minorias também tenham algum espaço para se articular e construir sua necessária identidade nacional. Por isso, considero importante essa pluralidade, e ela não afeta em nada a questão das coligações. Esta é uma norma transitória, mas necessária, fundamental para 2018.

Por isso, a Minoria encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota a Maioria, Deputado Mauro Pereira?

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até porque as coligações já não existem mais, não vão existir mais



—, a federação seria um instrumento para fazer com que isso acontecesse. E, para fazer justiça, nós estamos encaminhando o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Como vota o Governo? (*Pausa.*)

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O PSC vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Hildo Rocha, agradeço a V.Exa. pela compreensão de só usar o tempo de Liderança agora, e peço desculpas se houve algum mal-entendido.

V.Exa. tem a palavra, pelo tempo regimental.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente Deputado Manato.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos, neste momento, votando um destaque do PP. Esse destaque pretende suprimir um trecho da proposta de emenda à Constituição que foi aprovada no Senado da República, que justamente cria a federação de partidos.

Ora, embora nós tenhamos jogado o fim das coligações para 2020 e não para 2018, conforme aprovado na Comissão Especial que analisou esta PEC 282 — houve mudança aqui no plenário, para que as coligações acabassem apenas em 2020 —, se não há coligação, também não há necessidade alguma de haver federação partidária, até porque essas federações, da forma como está proposto, permitirão que partidos se unam de forma aleatória, que apenas têm que ter a mesma ideologia.

Ora, a mesma ideologia! Muda-se o estatuto, e dizem que têm a mesma ideologia! Se fosse a mesma ideologia praticada há pelo menos duas ou três eleições, nós até poderíamos concordar, mas não há isso. A proposta só diz que os partidos podem se unir em federação, e que essa federação vai ser um bloco.

Sabemos que os partidos políticos muitas vezes não conseguem fazer com que seus próprios membros no Parlamento se comportem de forma igual. Imaginem várias siglas partidárias juntas em uma federação!



Então, o que está-se fazendo aqui é um arremedo, é uma tentativa de continuar as coligações com outro nome: tira-se o nome “coligação” e se bota “federação”.

Foi por isso que o PMDB se reuniu e decidiu que não iria apoiar a criação da federação. O Senado criou porque não existe lá necessidade de federação para se juntarem, para se elegerem; não há necessidade de criação de federação para se eleger Senador, porque o voto é majoritário. Não se quis voto majoritário para Deputados, não se quis voto majoritário para Vereadores, não se quis voto majoritário para Deputados Estaduais nem para Deputados Federais. Então, se não há necessidade de voto majoritário, e sim proporcional, vamos realmente fortalecer cada partido político, porque cada partido político tem a sua nominata de candidatos, seja qual for o partido.

Eu tenho visto aí, e inclusive não estou entendendo por que o PT, que é um partido que sempre tem uma nominata completa — pelo menos no meu Estado, o Maranhão, o PT sempre tem muitos candidatos, sempre faz um, ou dois, ou três Deputados Estaduais, e sempre faz sozinho, sem precisar do socorro de carona —, está orientando “sim”. Eu acho que o PT talvez tenha feito algum outro tipo de acordo, que não sei qual é, depois eles irão explicar. Neste momento, eu acho que nós devemos fortalecer os partidos políticos.

Com relação ao fundo eleitoral, eu fico aqui pensando. Há hoje o Fundo Partidário, que é bancado com dinheiro do Orçamento da União. Onde está esse Fundo Partidário? São recursos de impostos, de tributos que o cidadão paga que vão para o fundo partidário. E esse Fundo Partidário, que é usado para fazer campanha, deveria ser usado só para fazer.



Vejo alguns Deputados e Deputadas aqui se pronunciarem contra a criação do fundo eleitoral porque, segundo eles, esse fundo vai usar recursos públicos. Mas eles não abrem mão do Fundo Partidário.

Agora mesmo o Senado Federal aprovou a criação do fundo e disse que o Fundo Partidário deve ser usado nas campanhas majoritárias, ou seja, de Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Mas qual foi a surpresa? Aqueles mesmos que se posicionaram contra a criação do fundo eleitoral estão contra a proposta do Senado Federal, não porque cria o fundo eleitoral, mas porque o texto diz que o Fundo Partidário será usado apenas para bancar eleições para Prefeitos, Governadores e Presidente da República.

E está certo! Eu acho até que ele não devia bancar campanha nenhuma, porque o Fundo Partidário existe é para promover os partidos, não para promover eleição. Ele existe para que os partidos adquiram mais filiados. É para isso que existe o Fundo Partidário.

Eu acho inclusive que, para conter as despesas públicas, nós deveríamos tratar disso na Comissão Mista de Orçamento. Eu faço parte da CMO e estou até pensando em trabalhar dentro daquela Comissão para baixar para 200 milhões o dinheiro do Fundo Partidário, que hoje é de 800 milhões de reais. Nós temos que rever isso.

Há muita demagogia aqui. Uns dizem ser contra o fundo eleitoral, porque é dinheiro público, mas são a favor do Fundo Partidário, que é o mesmo dinheiro, é o mesmo recurso, é do mesmo orçamento. Então, não dá para entender.

Sr. Presidente, eu gostaria de passar a palavra para o Deputado Celso Pansera, que vai dar continuidade à fala pelo PMDB.



O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Boa noite.

Quero chamar atenção das Deputadas e dos Deputados para a votação que faremos na sequência, sobre as medidas na legislação infraconstitucional. Nós temos que definir algumas coisas importantes na legislação infraconstitucional.

Por exemplo, um item fundamental é o autofinanciamento, estabelecermos um limite ao que o candidato pode doar para a sua própria campanha, a fim de evitar a distorção em que aqueles candidatos que possuem fortuna pessoal elevada e querem investir na sua campanha se elegem, criando dificuldades para os candidatos que não possuem essa fortuna.

Outra coisa importante é a questão do uso da Internet em época de campanha. A legislação atual não permite, por exemplo, que as páginas do Facebook e os *sítes* permaneçam ativos durante a época da campanha. Nós temos que regulamentar isso para que possamos manter nossos endereços e nossos repositórios de textos durante a campanha, porque isso está contando a história do nosso mandato. O eleitor poderá encontrar a história do nosso mandato ali dentro.

Isso é só para vocês verem como é importante votarmos a legislação infraconstitucional.

Outro detalhe importante é o limite de doações de cada pessoa física. Ela vai doar quanto para o candidato a Deputado, a Governador, a Senador, a Presidente? Nós temos que estabelecer um limite máximo de doação por candidato e também um limite máximo de doação por eleição. Esse é outro elemento importantíssimo.

Temos que discutir e resolver essas questões ainda hoje aqui no plenário, para que possamos enviar a proposição amanhã para o Senado, e este, na semana



que vem, vote essas questões, para avançarmos ainda mais na regulamentação das eleições. Estamos encerrando agora a votação do último destaque da PEC relatada pela Deputada Shéridan, e isso tem que ir para o Senado amanhã para ser votado.

Outra coisa também importante é analisar a votação do Senado de ontem que criou o fundo eleitoral. Sou um daqueles que defende o fundo eleitoral, porque a democracia tem custo, e é melhor que ele seja transparente do que não haver nenhuma forma de financiamento de campanha, porque os candidatos e os partidos continuarão fazendo tudo por caixa dois, tudo por fora, e teremos, depois disso, mais 4 anos de mandatos sendo questionados pela Justiça sobre se suas doações são legítimas ou não.

Por isso, é importante permanecermos hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pela Liderança do PSDB, tem a palavra a Deputada Shéridan.

O tempo regimental de V.Exa. é de 8 minutos.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Com Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há momentos em que a história requer coragem, todos os senhores são sabedores disso. Esses momentos normalmente não são de tranquilidade ou de calma, e sim aqueles em que a turbulência, a grande tempestade se apresenta como constante no dia a dia. Essa é a nossa situação atual, infeliz situação atual. Vivemos tempos que exigem de nós muita coragem, pois sem ela seríamos paralisados pelos acontecimentos, tristes acontecimentos que hoje permeiam a política brasileira.

Esta Casa demonstrou coragem na aprovação de todos esses pontos durante todos esses dias, na nossa PEC 282, principalmente porque o comodismo e a manutenção do *status quo*, para deixar tudo como está, poderiam ser a saída mais confortável e a nossa alternativa para a reforma política. Não fomos negligentes, conseguimos avançar.

Apesar de muitos aqui quererem diminuir, Deputada Jandira Feghali, a importância e o alcance dessa proposta, é fundamental estabelecermos, sobretudo, a verdade.

Não é verdade, por exemplo, que a PEC não terá validade para o ano que vem. É lógico que não! O fim das coligações está posto para 2020, mas a cláusula de desempenho, que já é uma grande reforma política, já é validada para o próximo ano sim.



Tudo isso foi fruto de muitos debates e de uma ampla discussão, de diálogos, noites e dias adentro, coisa que tem faltado cada vez mais no nosso meio político.

E vale lembrar, senhores, que o fim das coligações para o ano de 2020 foi a proposta original, a proposta que veio do Senado, meu Líder, Deputado Ricardo Tripoli. A aplicação da cláusula é uma necessidade. Nós conseguimos, a partir de muita conversa, sobretudo com respeito, avançar. E construímos, com essa reforma da PEC 282, uma medida moralizadora, que saneia e racionaliza o nosso sistema, tão disfuncional nos dias de hoje.

Acabar com as coligações exigiu coragem. Sabemos muito bem disso. Esse é o modelo eleitoral que trouxe boa parte dos senhores e das senhoras até aqui. Mas essa é uma mudança de grande magnitude, que começa a sanear todas as disfunções e as deturpações, permitindo que o nosso eleitor seja respeitado.

A reforma política é, em suma, a reforma da democracia. A democracia é o regime no qual a vontade não isolada nem imposta prevalece. A democracia exige de todos muito diálogo, articulação, convencimento e, como bem disse aqui meu amigo Deputado Carlos Zarattini. Todo mundo tem que ceder um pouco. Em um momento em que o jogo da política se torna cada vez mais duro, com radicalizações, mostrando diariamente a sua face mais nefasta, a capacidade deste Parlamento de chegar a soluções quase consensuais nesta matéria mostra que há esperança, sim, para a boa política.

Faço agradecimentos especiais. Agradeço o apoio de cada um. Agradeço a dedicação e a atenção do nosso Presidente Rodrigo Maia e de outros Presidente, como os Deputados André Fufuca e Fábio Ramalho, que ao longo da votação desta PEC estiveram também na Presidência.



Agradeço também aos nossos Líderes queridos, fazendo referência especial a alguns. Agradeço ao meu grande amigo Deputado Orlando Silva, do PCdoB; ao Deputado Arnaldo Jordy, do PPS; ao Deputado Carlos Zarattini, nosso Líder do PT; à Deputada Alice Portugal, do PCdoB; ao Deputado Aguinaldo Ribeiro, Líder do Governo. Em nome de todos, agradeço a todos que nos acompanharam e travaram a batalha dessa reforma dentro do Congresso hoje, na Câmara dos Deputados.

A vontade da sociedade em ver mudanças significativas no sistema político prevaleceu. Eu aprendi que essa discussão e o respeito ao contraditório pode nos fazer chegar, sim, a grandes conquistas, em que a base é o respeito.

A história lembrará deste momento não apenas pela instabilidade política que vivemos hoje, mas também pela coragem que tivemos de, diante dessa instabilidade, mudar, agir, reagir, para melhorar, para moralizar, para sanear deficiências graves do nosso sistema político e que agora temos a esperança de ver resolvidas.

Eu disse no começo que esta talvez não seja a reforma dos sonhos, mas foi a reforma possível. Sua aprovação expande agora os limites desse possível, fazendo com que as próximas discussões possam estar em outro patamar político-partidário.

Não avançarmos na alteração do sistema eleitoral, travarmos noites adentro em sessões que acabaram resultando em nada, mostra a necessidade de validarmos pelo menos essa reformulação do quadro político brasileiro.

Esta votação me deu muito orgulho de pertencer a 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados.

Fui até o Senado pedir ao nosso Presidente, Senador Eunício Oliveira, sensibilidade para tratar com prioridade esta matéria, considerando que o nosso



tempo é exíguo. Temos até a próxima semana para promulgamos esta reforma no Congresso Nacional, já validada na Câmara dos Deputados — assim espero — e, na próxima semana, no Senado Federal, para concluirmos, validarmos e promulgarmos a reforma política, a reforma possível, no Congresso Nacional brasileiro.

Entramos — atenção, Srs. Deputados — para a história! Fizemos a maior reforma, a maior alteração no sistema político e no sistema eleitoral brasileiro já promovida nas últimas décadas desde a Constituinte. E isso se deu graças à atenção, à colaboração, ao empenho e, acima de tudo, ao senso de responsabilidade pública e de comprometimento de cada um dos senhores.

Volto a repetir: não houve afrouxamento, não houve só concessões, houve um trabalho de concessão, de construção e, acima de tudo, de responsabilidade deste Congresso com a sociedade brasileira. Muito me orgulha ter contado com a colaboração, com o respeito e, acima de tudo, com o apoio de todos os senhores para validarmos a reforma política que o Brasil terá a partir de agora, nos próximos dias.

Muito obrigada.

Boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada Shéridan.
Parabéns pelo trabalho!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há momentos na história que requerem coragem. Esses momentos não são os de tranquilidade ou de calma, e sim aqueles em que a turbulência se apresenta como a constante do dia a dia. Essa



é a nossa situação. Vivemos tempos que exigem de nós muita coragem, pois, sem ela, seríamos paralisados pelos acontecimentos.

Esta Casa demonstrou coragem na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, principalmente porque o comodismo e a manutenção do *status quo* poderiam ser a saída confortável para a reforma política. Não foi. Apesar de alguns quererem diminuir a importância e o alcance dessa proposta, é fundamental restabelecermos a verdade.

Não é verdade, por exemplo, que a PEC não terá validade para o ano que vem, se aprovada pelo Senado. Os entendimentos que levaram à aprovação do fim das coligações em 2020 foram fruto de amplos diálogos políticos, coisa que tem faltado em nosso meio, tão partidarizado e às vezes cheio de ódio.

A aplicação da cláusula de desempenho já se dará a partir de 2018, com a redução esperada de 35 para 18 no número de partidos políticos recebendo recursos do Fundo Partidário e acessando tempo de propaganda no rádio e na TV.

Essa medida, moralizadora, é a chave dessa proposta. Não é mais aceitável que um partido político seja fundado e — sem um voto sequer — já passe a receber recursos públicos.

Acabar com as coligações também exigiu coragem, afinal esse é o modelo eleitoral que trouxe cada um de nós até esta Casa. O embate entre 2018 ou 2020 se torna menor diante da magnitude dessa mudança.

A reforma política é, em suma, a reforma da democracia, e a democracia é o regime em que a vontade individual ou até mesmo de um grupo não pode ser imposta. A democracia exige diálogo, articulação, convencimento e, muitas vezes, concessões.



Em um momento em que o jogo da política se torna cada vez mais duro, com a radicalização mostrando diariamente sua face mais nefasta, a capacidade deste Parlamento de chegar a soluções quase consensuais nessa matéria mostra que há esperança para a boa política.

Agradeço a cada um dos Deputados e cada uma das Deputadas o apoio. V.Exas., nesse processo, foram parceiros, verdadeiros articuladores, que honraram seus mandatos e a vontade da sociedade de ver mudanças significativas no sistema político-partidário.

A história lembrará deste momento não apenas pela sua instabilidade política, mas também pela coragem que tivemos de, diante da instabilidade, agir para melhorar, para moralizar, para sanear deficiências graves do nosso sistema político, que agora temos esperança de vermos resolvidas.

Eu disse desde o começo que esta pode não ser a reforma dos nossos sonhos, mas é a reforma possível. Sua aprovação expande os limites desse possível, fazendo com que próximas discussões possam se dar já em outro marco político-partidário.

Essa votação me deu orgulho de pertencer à 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados!

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pela Liderança do PR, com a palavra o nobre Deputado José Rocha. V.Exa. tem, regimentalmente, o tempo de 7 minutos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna cobrar dos Líderes desta Casa e dos partidos com assento nesta Casa o acordo que foi feito, com a presença do ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, para a construção de uma proposta de financiamento eleitoral a ser apresentada e votada nesta Casa. Não tivemos a competência de elaborar a proposta, fruto de um acordo — repito — entre a maioria dos Líderes desta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebemos uma proposta do Senado, para que esta Casa pudesse apreciá-la e votá-la. Na proposta, coloca-se que 30% dos recursos do fundo de financiamento serão distribuídos de forma igualitária entre os candidatos do partido ao mesmo cargo. Vejam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vão-se estimular candidatura de parentes, afiliados, pai, filho, mãe, irmão, para que esses recursos sejam colocados à disposição do candidato que se considera o candidato do partido.

E mais, Sr. Presidente, o pior ainda é que essa proposta vinda do Senado é não só uma proposta de financiamento de campanha, mas uma proposta que retrata uma reforma eleitoral mais ampla. Essa proposta recomenda a utilização da totalidade do Fundo Partidário só para as campanhas majoritárias, retirando a possibilidade de que o Fundo Partidário seja utilizado nas campanhas proporcionais no ano eleitoral. Esses recursos do Fundo Partidário utilizados pelos diretórios nacional, estadual e municipal deixam de ter essa utilização e passam a ser aplicados exclusivamente nas eleições majoritárias.



Ademais, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, interfere na autonomia dos partidos, quando delega ao Tribunal Superior Eleitoral a distribuição dos recursos aos órgãos de direção nacional, estaduais, distritais e municipais, na forma do § 4º, nas circunstâncias eleitorais em que o partido tenha apresentado candidato próprio ou no caso das eleições majoritárias em coligação. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam aonde chega essa interferência proposta pelo Senado na autonomia partidária! Estimulam-se as candidaturas dos partidos pelo recurso que cada candidato obterá. Isso irá favorecer determinados candidatos a colocarem seus parentes e amigos, para que eles possam utilizar esses recursos. Serão colocados, aí sim, candidatos laranjas, para que possam se utilizar desses recursos.

Não podemos admitir isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados! Temos que ter a competência e a coragem de elaborar uma proposta nesta Casa, e que esta proposta seja apresentada ao Senado. Aí sim, se o Senado não concordar, que modifique e assuma a responsabilidade de ter ou não o financiamento para as eleições.

Não concordamos. O PR não concorda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com esta proposta apresentada pelo Senado. Vamos lutar para derrotá-la. Aqui estamos, sim, para um acordo entre os partidos com assento nesta Casa, para elaborarmos a nossa proposta, para que seja apresentada ao Senado, para que o Senado assuma a responsabilidade e o ônus de acatá-la ou derrotá-la.

É assim, Sr. Presidente, a posição do PR em relação a essa proposta. Cobramos dos Srs. Líderes o acordo que foi realizado na presença do Sr. Presidente desta Casa, um acordo para que nós pudéssemos elaborar uma proposta dentro de parâmetros acordados entre todos os Líderes.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado. O microfone está ligado.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existe um entendimento muito avançado aqui de todos os Líderes. Nós precisamos, evidentemente, que V.Exa. seja o grande fiador desse entendimento. Não dá para criar um novo projeto. Isso vai dar confusão no Senado. O entendimento é votar o projeto que veio do Senado. E V.Exa., como Presidente da Casa, compromete-se a falar com Temer, para que este vete aquele item, até porque, se Temer não vetar, o item vai cair, e quem vai vetar será V.Exa.

Portanto, eu quero que V.Exa. se comprometa a falar com o Presidente. Se V.Exa. disser ao microfone que se compromete a falar com Temer, se der a sua palavra, estará resolvida a equação. Basta isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Silvio Costa, essa alternativa vamos construir na próxima sessão, com a votação da urgência do fundo, do texto do Senado. É óbvio que há o comprometimento do Governo de vetar os dois artigos: o artigo da distribuição e o artigo dos recursos exclusivos para a campanha majoritária. É o que pode ser feito com o texto que veio do Senado. Há o compromisso do veto desses dois artigos.

Agora, na urgência vamos saber se o Plenário quer dessa forma ou quer apenas o texto do Deputado Vicente Candido, do projeto de lei...

O SR. SILVIO COSTA - Presidente, é claro que na urgência vamos colocar os 257 votos, colocaremos. Coloque o requerimento de urgência, que aprovaremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Maioria é maioria.



O SR. SILVIO COSTA - Fiquei feliz que V.Exa. garantiu: ou o Temer veta, ou V.Exa. veta, que assim tiramos o Temer.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 143;

NÃO: 280;

TOTAL: 423.

SUPRIMIDO O TEXTO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A matéria retorna à Comissão Especial para elaboração da redação final.

Lembro à Comissão Especial que precisa reunir-se amanhã, para que esse texto seja enviado ainda no dia de amanhã ao Senado Federal.



O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o Deputado Júlio Delgado votou com o partido nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Amanhã cedo seria importante que a Comissão preparasse o texto para que, por acordo, amanhã pudéssemos votar a redação final no Plenário, ainda na sessão extraordinária de amanhã.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui hoje, com grande satisfação, para felicitar duas importantes cidades do Estado de São Paulo que fazem aniversário, completando mais um ano de contribuição ao desenvolvimento do País: Serra Negra, que completou 189 anos, no dia 23 de setembro; e Cruzeiro, que faz 116 anos, no dia 02 de outubro.

Deixamos nossos sinceros parabéns, na pessoa do Vereador Paulão da Farmácia e do Presidente do PR local, o Sr. Roberto Nagib Izar, a toda a população da cidade de Serra Negra.

Estância hidromineral do Estado, Serra Negra tem como principal atividade econômica o turismo, contando com hotéis e espaços para quem busca tranquilidade e lindos pontos turísticos. Dada a sua propensão a essa área, tenho o compromisso de, por meio da Frente Parlamentar de Preservação da Memória e do Patrimônio Ferroviário, da qual sou Presidente e idealizador, ajudar nas necessidades do Município no que se refere à preservação de seu patrimônio ferroviário.

Com o intuito de felicitar o Município de Cruzeiro pelo seu aniversário, dedicamos as nossas congratulações, nas pessoas do Prefeito Thales Gabriel, dos Vereadores Charles Eduardo Fernandes, Paulo Vieira, Professor Sérgio Blois e Chinho, da Presidente do PR local, a Sra. Patrícia Baptistella, do membro do PR e liderança, o Sr. Laudelino Augusto Silva, a todos os moradores da cidade.

Cruzeiro tem a sua história atrelada ao desenvolvimento das ferrovias do



nosso Estado, crescendo em torno da estação do Município, que é exemplo de beleza e que demonstra o seu potencial de crescer cada vez mais principalmente apoiado no turismo, atraindo visitantes, graças a sua história e belezas naturais.

Aproveitamos para reforçar que os nossos gabinetes estão à disposição para trabalhar, com o apoio da Frente Parlamentar de Preservação da Memória e do Patrimônio Ferroviário, pela recuperação e conservação de sua Estação Ferroviária Central, com a certeza das reações positivas que essas ações trariam para o turismo, criando oportunidades de emprego e levando ao resgate da história da região.

Eu e o Deputado Estadual André do Prado estaremos sempre à disposição para trabalhar em conjunto com as nossas Frentes Parlamentares pela melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em Serra Negra e Cruzeiro, levando investimentos e políticas públicas que façam a diferença no dia a dia da população.

Parabenizo os Municípios pelo transcurso de seus aniversários!

Muito obrigado!



O SR. ROGÉRIO SILVA (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei recentemente a Indicação nº 3.999, de 2017, ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, sugerindo a criação de *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT no Município de Tangará da Serra, Mato Grosso, pela sua importância econômica e privilegiada localização no Estado de Mato Grosso.

Fundada em 13 de maio de 1976, a jovem Tangará da Serra é a principal cidade de toda a porção oeste do Estado de Mato Grosso. Com uma população estimada em 110 mil habitantes, sendo mais de 90% urbana, constitui-se no principal polo de prestação de serviços de uma região composta por Municípios jovens que nasceram a partir do desenvolvimento da cultura da soja.

Com solos de fácil mecanização, boa e ótima fertilidade, viáveis para agricultura e pecuária, o Município está permanentemente envolvido no desenvolvimento socioeconômico e tecnológico dessas áreas, participando sempre da modernização que caracteriza o cenário estadual, que atualmente evolui para um sistema empresarial de administração da produção, com vistas a satisfazer as exigências do mercado.

Tangará da Serra tem hoje um horizonte promissor de desenvolvimento, que demanda uma maior oferta de capacitação em nível superior de sua população, ávida por uma melhor formação profissional e humana. Por exemplo, a necessidade de monitoramento das propriedades rurais, com o registro e acompanhamento dos ciclos produtivos das diversas culturas e criações, apresenta-se hoje como um desafio a ser enfrentado para o alcance do efetivo desenvolvimento e evolução do sistema agropecuário.



Além da agricultura e da pecuária, o Município também vem estimulando o crescimento industrial e empresarial, além da oferta de serviços, garantindo incentivos para a instalação de novas indústrias e empresas em sua região, como doação de terrenos, isenção fiscal e uma legislação favorável aos investimentos.

A Universidade Federal de Mato Grosso possui quatro *campi*: na região centro-sul do Estado, na capital Cuiabá; na região sudeste, em Rondonópolis; na região nordeste, em Barra do Graças; e na região do norte mato-grossense, em Sinop. A instalação de um *campus* em Tangará da Serra atenderia o sudoeste do Estado, que conta com uma população de mais de 300 mil habitantes.

A UFMT é referência em cursos de nível superior, tendo implantados *campus* em diversas cidades do Estado, trazendo muitos benefícios à população, como o desenvolvimento de projetos sociais em parceria com as Prefeituras. Além de fomentar o comércio local, a cidade recebe um fluxo muito grande de pessoas de outros Municípios, contribuindo assim com a geração de emprego e renda local.

Assim, para atender à população do sudoeste mato-grossense, carente de oportunidades de acesso à educação superior, principalmente em áreas como Medicina, Veterinária, entre outras, nas quais raros profissionais da região possuem formação acadêmica, vimos sugerir a V.Exa. a instalação de um *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso no Município de Tangará da Serra.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que venho a este plenário lembrar que nesta quinta-feira, dia 28 de setembro, é o aniversário da nossa querida Acopiara.

Localizada na região centro-sul do Ceará, é terra de gente hospitaleira e trabalhadora. Prova disso é o fato de estar em fase de economia crescente, com destaque para comércio e serviços.

Por causa da sua formação geológica, formada por pedreiras, nódulos e solos diversificados, recebeu o nome de Lages. Seu pioneiro foi o alferes Antônio Vieira Pita, que se estabeleceu na região com assentamentos na segunda década do século XVIII.

O trabalho do homem do campo também é base para a região. Mesmo com os castigos impostos pela seca, os acopiarenses mostram fibra e determinação em continuar o trabalho com a terra.

Com a criatividade do seu povo, a cidade ganhou o título do Melhor Carnaval do Interior do Estado. Temos também outras festas: a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a Festa de São Francisco, a Festa Acopiara Cidade Luz e a Festa do Município.

Meus mais sinceros parabéns a todo o povo de Acopiara e ao Prefeito Antônio Almeida, que recentemente foi escolhido um dos melhores Prefeitos do Estado, em uma pesquisa feita pela PPE — Publicidade, Promoções e Eventos.

Parabéns, Acopiara!



O SR. GEORGE HILTON (PSB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o 27 de setembro é o Dia Nacional de Doação de Órgãos.

Graças aos avanços da medicina, transplantes cirúrgicos fazem com que cegos voltem a ver, doentes sejam curados e pacientes terminais sejam salvos.

Infelizmente, porém, o Sistema Único de Saúde não consegue coletar e distribuir os órgãos doados com eficiência. Como resultado, temos estresse, sofrimento e morte para grande parte dos possíveis receptores. Para a família dos doadores, sobram burocracia, espera e dissabores, num momento de dificuldade e luto.

Os órgãos a serem transplantados geralmente dependem dos voos comerciais normais para chegarem a seus receptores. Isso significa que, durante a madrugada, pode não haver como transportar a tempo os órgãos de uma cidade a outra, especialmente se considerarmos as cidades distantes dos principais aeroportos. Os aviões da Aeronáutica poderiam ser usados para esse fim, mas todos ouvimos falar de casos em que não puderam ser utilizados porque estavam à disposição de uma autoridade da República.

Hoje, a falta de adequada priorização dos recursos públicos — inclusive aviões e helicópteros — somada à burocracia ameaçam o aproveitamento de órgãos, tornando a espera angustiante e frustrante para os receptores e para os familiares dos doadores. Nosso Sistema de Saúde, por falta de estrutura e logística, dificulta até mesmo a situação de quem quer doar os órgãos.

O Correio Braziliense noticiou com destaque o caso de Isabela, que desde criança havia se proposto a doar o máximo possível de seus órgãos. Isabela morreu



aos 18 anos, após um acidente de carro em Goiás. Ficou 7 dias numa UTI, quando foi constatada a morte cerebral.

A morte cerebral é confirmada após a realização de dois exames clínicos, um pelo neurologista, e outro a partir de tomografia. O intervalo entre cada procedimento deve ser de seis horas. Após a confirmação da morte cerebral, é iniciado o processo de captação de órgãos. Quanto mais rápido o laudo é concluído, maiores são as chances de o transplante ser bem-sucedido. No caso de Isabela, problemas de infraestrutura causaram um intervalo de 14 horas entre os exames, mais do que o dobro recomendado.

A família quis cumprir a promessa de Isabela, mas se os órgãos fossem retirados em Goiânia, a burocracia aumentaria em 2 dias a espera para velar a jovem. Para abreviar o sofrimento da família, o pai de Isabela tentou levar o corpo a Brasília por meio de helicóptero do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência — SAMU do DF. Não teve sucesso.

O corpo veio de carro entre Anápolis e Brasília, num trajeto de 2 horas. Mas na Capital Federal apenas três modalidades de transplantes são realizadas: coração, córneas e rins. Desde 2008, há quase uma década, o DF está descredenciado pelo Ministério da Saúde para realizar transplantes de fígado.

Apenas os rins e as córneas foram aproveitados. Enquanto isso, em todo o Brasil, continua a espera por doações de coração, pulmão, fígado e outros órgãos.

A família ficou revoltada pelo fato de não ter cumprido a vontade da filha, e mais revoltada ainda pela burocracia e atrasos que o Estado brasileiro impôs à família da abnegada Isabela. Muitos dos que passam pela experiência de ter um parente doador de órgãos desistem de doar seus próprios órgãos, em face da



incompetência e descaso do Estado brasileiro.

Senhoras e senhores, prioridades equivocadas e erros de gerenciamento no nosso sistema de saúde têm piorado a luta e a dor de quem precisa de órgãos, e gerado um sofrimento desnecessário para os familiares dos doadores. Sendo assim, não adianta apenas fazer campanha para doação, se os órgãos doados não encontrarem, de forma rápida, o caminho de quem precisa deles.

Essa é a minha mensagem: que, paralelamente às doações feitas pelos cidadãos, o Estado se empenhe em melhorar a infraestrutura e a logística do sistema de coleta e distribuição de órgãos. Isso salvaria muitas vidas, diminuiria a fila de espera por órgãos, e não imporia à família dos doadores mais uma experiência desagradável, após a morte do ente querido.

Expresso minha gratidão a todos os doadores de órgãos, e lembro aos colegas que temos de estudar de perto o Sistema Único de Saúde, para resolver as imperfeições atuais de nossa infraestrutura de coleta e distribuição de órgãos.

Obrigado.



O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 19, a EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. completou 48 anos de vida, e eu não poderia deixar de render as devidas homenagens àquele que sempre foi a alma e o cérebro da empresa. Em 1970, num sonho ousado, liderou o grupo que transformaria o Brasil em referência na produção industrial de aviões no Brasil. Refiro-me ao Dr. Ozires Silva.

Nascido em Bauru, em 8 de janeiro de 1931, é oficial da Aeronáutica e engenheiro formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Esteve à frente da EMBRAER, presidindo-a até 1986, quando aceitou o desafio de ser Presidente da PETROBRAS, onde atuou até 1989. Em 1990, assumiu o Ministério da Infraestrutura e, em 1991, retornou à EMBRAER, desempenhando um papel importante na condução do processo de privatização da empresa, concluído em 1994.

Ozires Silva também faz parte de uma série de conselhos e de associações de classe. Além disso, publicou cinco livros, como *Asas da Educação: A Trajetória da Embraer*, *Cartas a um Jovem Empreendedor: realize seu sonho, vale a pena*; *A Decolagem de um Sonho: A História da Criação da Embraer*; e *Etanol: A Revolução Verde e Amarela*. Já no final de 2011, foi lançada sua biografia, intitulada *Um Líder da Inovação: Biografia do Criador da Embraer*, escrita por Decio Fischetti.

De forma rotineira, tem seu nome enaltecido por importantes entidades e/ou esferas do poder público. Entre as recentes homenagens estão as promovidas pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados e pela Câmara Municipal de São Paulo. Após completar 80 anos, também viu sua história ser enaltecida por meio de exposição itinerante sobre sua vida, em iniciativa idealizada pela EMBRAER.



Também recebeu condecorações internacionais: nos Estados Unidos, a Medalha Charles Lindbergh, o título de Membro do Transportation Center da Northwestern, tendo sido incluído no Hall of Fame da Smithsonian Institution e também no World Trade Hall of Fame da World Trade Association, de Los Angeles; na Grã-Bretanha, o título de Membro do British Council, de Membro Honorário Air Squadron e de Membro da Royal Aeronautical Society; na Irlanda, o título de Doutor *Honoris Causa* pela Queen's University; na Suécia, o título de Membro da Real Academia Sueca de Engenharia.

Atualmente é Reitor da UNIMONTE, instituição particular de ensino superior localizada em Santos, Estado de São Paulo.

Aos 86 anos, mas com o mesmo espírito jovem dos anos 70, Ozires Silva é um entusiasta da aviação, da inovação e do empreendedorismo. E é uma das maiores referências e inspiração para todos aqueles que estão iniciando uma carreira e alimentam o sonho do sucesso.

Parabéns ao Dr. Ozires Silva por tornar a indústria da aviação brasileira um orgulho para todos nós!

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estudo realizado pela Consultoria Tendências, em parceria com o Centro de Liderança Pública (CLP), trouxe uma boa notícia para os piauienses.

O Piauí melhorou sua posição no Ranking de Competitividade dos Estados, graças ao seu desempenho em duas áreas: organização fiscal e segurança pública.

Com 33,3 pontos, o Piauí ficou na 23ª posição entre as 27 Unidades da Federação, à frente de Alagoas, Maranhão, Amapá e Sergipe.

Em 2016, o Estado estava em 24º lugar. O estudo analisa todas as unidades federativas por meio de dez pilares/setores estratégicos, como infraestrutura, solidez fiscal, educação e potencial de mercado, entre outros.

O Piauí se destacou nos setores de segurança pública e solidez fiscal. No primeiro, passou da 17ª posição em 2016 para a 14ª. A melhoria aconteceu principalmente em razão dos indicadores de segurança pessoal (taxa de homicídios) e déficit carcerário (capacidade de as cadeias abrigarem os presos).

Na segurança pessoal, o Piauí subiu da 6ª colocação no ano passado para 4ª posição agora em 2017, ficando atrás apenas dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Roraima. No déficit carcerário, o salto foi maior. O Piauí saiu da 22ª posição em 2016 para a 10ª neste ano.

De acordo com o estudo, foi na administração das finanças públicas que o Piauí se destacou mais.

Em 2016, o Estado ocupava a 17ª posição, e este ano chegou à 6ª, ficando bem à frente de regiões mais desenvolvidas, como Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.



Nessa área, o destaque vai para a capacidade de investimento, uma característica que o Piauí vem melhorando a cada ano.

Em 2015, o Piauí era o 10º Estado com maior capacidade de investimento. No ano passado passou a 9º e, agora, é o 3º. Trata-se, sem dúvida, de uma notícia alentadora, sobretudo no cenário de crise pela qual o Brasil passa atualmente.

Mas é evidente que ainda temos grandes desafios a serem enfrentados no nosso Estado. O combate à pobreza e à desigualdade social é um deles. Precisamos melhorar as áreas de educação, saúde, desenvolvimento científico e tecnológico, investir mais em infraestrutura, moradia, saneamento básico e pensar sempre em estratégias inovadoras de geração de emprego e renda.

No entanto, estamos no rumo certo. O trabalho pela promoção de um modelo de desenvolvimento justo e equilibrado tem que envolver diversos atores: Governos Federal, Estadual e Municipais, Parlamentares nas três instâncias e, evidentemente, a sociedade civil. É assim, com essa parceria produtiva, que vamos conseguir trazer mais prosperidade para todos os piauienses.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou proposta que admite a carteira de radialista como prova de identidade em todo o território nacional. Conforme o texto aprovado, a carteira profissional deve ser emitida pelo sindicato da categoria ou, onde não houver sindicato, por federação devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho. Eu votei favoravelmente ao tema.

No dia 21 de setembro, é tradicionalmente comemorado o Dia do Radialista, e comemoramos a aprovação como homenagem à categoria. Como a legislação já regulamentou a Federação Nacional dos Jornalistas para emitir carteira de identidade nacional, não existia motivos para a medida não ser estendida aos radialistas.

Para ter validade, o documento deverá seguir modelo padrão e conter dados pessoais, fotografia, número de série, entre outros elementos. O radialista não sindicalizado poderá ter carteira de radialista, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho.

O texto aprovado foi consolidado pelo Relator, Deputado Sandro Alex (PSD-PR), com base no Projeto de Lei nº 458, de 2015, do Deputado Andre Moura (PSC-SE), e outros apensados. A proposta altera a Lei nº 6.615, de 1978, que regulamenta a profissão de radialista.

Era o que tinha a dizer.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 280.3.55.O
Data: 27/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 27, às 21h04min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 8.612, de 2017; Projeto de Lei Complementar nº 301, de 2016; e Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015. Haverá matéria sobre a Mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 280.3.55.O
Data: 27/09/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5199

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 4 minutos.)